



MONITORIZAÇÃO AGROMETEOROLÓGICA E HIDROLÓGICA

30 de setembro de 2018

Ano Hidrológico 2017/2018

Relatório do Grupo de Trabalho de assessoria técnica à

Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca

Índice

1	Nota Introdutória.....	3
1.	Avaliação Meteorológica em 30 de setembro de 2018	5
I.	Temperatura e Precipitação	5
II.	Situação de Seca Meteorológica.....	6
III.	Índice de Seca PDSI.....	7
IV.	Índice de seca SPI	9
V.	Evolução até ao final do mês.....	10
VI.	Previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF)	10
2.	Avaliação Meteorológica no ano hidrológico 2017/2018.....	11
I.	Temperatura e Precipitação	11
II.	Índice de água no solo	14
III.	Índice de seca PDSI	15
3.	Disponibilidades hídricas armazenadas nas Albufeiras	17
4.	Águas Subterrâneas	23
5.	Reservas de Água nas Albufeiras de Aproveitamento Hidroagrícola.....	25
6.	Agricultura e Pecuária em 30 de Setembro de 2018	33
7.	Síntese da campanha agrícola 2017/18	38
8.	Outras Informações	40
I.	Disponibilidades hídricas	40
II.	Abastecimento por recurso a autotanques dos Corpos de Bombeiros a 30 de setembro.....	45
	ANEXOS.....	47
	Anexo I.....	47
	Anexo II.....	48
	Anexo III.....	49
	Anexo IV.....	50
	Anexo V.....	51

1 Nota Introdutória

O presente relatório foi elaborado com o objetivo de assegurar uma Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica, para que fique reunida a informação suficiente para avaliação das disponibilidades hídricas em Portugal Continental.

Esta monitorização consta da compilação dos parâmetros acompanhados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA), pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), em ligação com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e com Instituto Nacional de Estatística (INE), pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), como se seguem:

TABELA 1 - RESUMO DA MONITORIZAÇÃO EM SITUAÇÃO NORMAL

Parâmetro	Organismo	Periodicidade
Precipitação, Teor de Água no Solo, Temperatura do ar e Previsões meteorológicas (temperatura e precipitação)	IPMA	Mensal
Agricultura de Sequeiro e Pecuária Extensiva	GPP/DRAP/INE	Mensal
Armazenamento de Água Subterrânea	APA	Mensal
Armazenamento de água superficial (albufeiras)	APA	Semanal
Armazenamento nas Albufeiras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas Grupo 2 e algumas do Grupo 3	DGADR	Semanal

A presente abordagem está prevista no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca, aprovado pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES), criada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 80/2017, de 7 de junho.

Este diploma criou também um Grupo de Trabalho com o objetivo de assessorar tecnicamente a Comissão, que tem, de entre outras, a função de:

“Produzir relatórios mensais de monitorização dos fatores meteorológicos e humidade do solo, das atividades agrícolas e dos recursos hídricos, cuja periodicidade deve ser intensificada quando seja detetada uma situação de anomalia ou declarada uma situação de seca, sendo que nestas situações os relatórios passam também a incluir as estimativas de consumo ou utilização pelas principais atividades, nomeadamente o abastecimento público, a agricultura, a produção de energia e indústria com maiores consumos de água.”

Nos relatórios poderão ser sempre incluídos temas que seja oportuno dar a conhecer, sejam de caracterização das condições, sejam de divulgação de recomendações ou de decisões técnicas e políticas assumidas.

Essas vertentes enquadrar-se-ão no referido Plano, que, apresentando-se estruturado em três eixos de atuação - Prevenção, Monitorização e Contingência - contempla temas como a determinação de limiares de alerta, a definição de metodologias para avaliação do impacto dos efeitos de uma seca, a conceção de manuais de procedimentos para padronização da atuação, a disponibilização de planos de contingência e a preparação prévia de medidas para mitigação de efeitos da seca.

Na sequência da declaração de seca meteorológica em 2017 a frequência dos relatórios de monitorização passou a ser quinzenal, tendo-se mantido esta frequência até março de 2018.

De acordo com o índice meteorológico de seca PDSI, no final do mês de abril de 2018, Portugal continental já não se encontra em seca meteorológica. A ocorrência de valores muito elevados da quantidade de precipitação em todo o território, tiveram como consequência o final da situação de seca meteorológica que se verificava desde abril de 2017.

Assim, com o fim da seca meteorológica e estando os níveis de armazenamento, tanto nas albufeiras como nas águas subterrâneas, em regra acima da média, com pequenas exceções mais estruturais, foi avaliado no seio do GT Seca retomar a frequência normal da produção dos relatórios, que passaria a ser mensal, sem prejuízo de continuar a ser acompanhado semanalmente a evolução dos níveis de armazenamento.

Este relatório de monitorização agrometeorológica e hidrológica, relativo a 30 de setembro do ano em curso, é o vigésimo quarto produzido no contexto legislativo referido e décimo oitavo do ano hidrológico em curso (2017/2018).

1. Avaliação Meteorológica em 30 de setembro de 2018

I. Temperatura e Precipitação

O mês de setembro, quanto aos valores de temperatura do ar e precipitação, classifica-se como **extremamente quente e extremamente seco** (Figura 1).

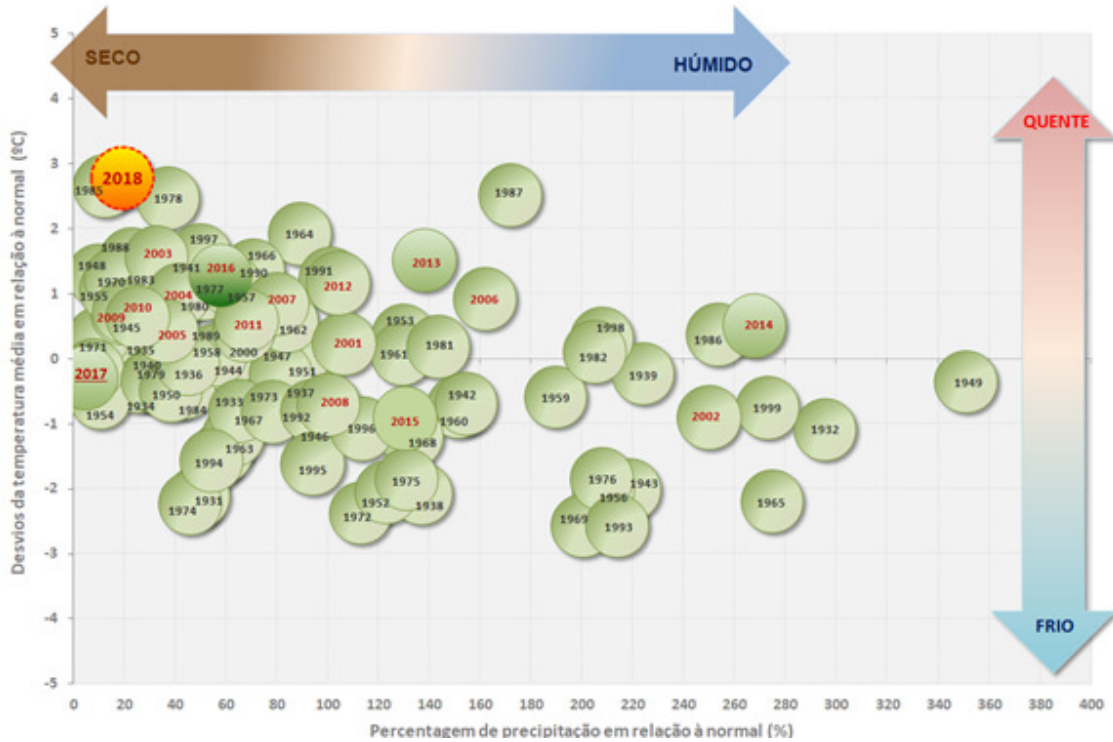


FIGURA 1 – TEMPERATURA E PRECIPITAÇÃO NO MÊS DE SETEMBRO (PERÍODO 1931 – 2018)

(FONTE: IPMA).

Foi o setembro mais quente desde 1931. O valor médio da temperatura média do ar foi de 23.00 °C, +2.78 °C acima do valor normal. O valor médio da temperatura máxima do ar, 30.21 °C foi o mais alto desde 1931, com uma anomalia de +3.92 °C. O valor da temperatura mínima, 15.79 °C, 1.63 °C acima do normal, valor mais alto dos últimos 30 anos e o 4.º valor mais alto desde 1931.

Durante o mês de os valores de temperatura do ar em Portugal continental estiveram, em geral, sempre acima do valor normal, sendo de realçar os dias 1 e 2 e os períodos de 10 a 17 e 22 a 27 onde se destaca:

- A ocorrência de dias quentes, muito quentes e extremamente quentes (temperatura máxima $\geq 30, 35$ e 40 °C, respetivamente) e noites tropicais (temperatura mínima ≥ 20 °C); em algumas estações (interior centro e sul) o número de dias quentes foi cerca de 2 a 3 vezes o valor médio.
- Foram ultrapassados (ou igualados) os valores extremos da temperatura máxima para o mês de setembro;
- Ocorrência de duas ondas de calor:
 - No período de 10 a 17 de setembro, com duração entre 6 e 10 dias, que abrangeu as regiões Trás-os-Montes, Viseu e Santarém.
 - A partir de 19 de setembro, com duração entre 6 e 11 dias, que afetou grande parte do território com exceção do Nordeste Transmontano, das regiões da faixa costeira ocidental a norte do Cabo da Roca e do Algarve.

Em relação à precipitação, o mês de setembro foi o 2º mais seco dos últimos 30 anos (mais seco 2017), Figura 2. O total de precipitação neste mês, 8.1 mm, corresponde apenas a cerca de 20% do valor normal.

Durante o mês ocorreu precipitação, pontualmente muito intensa, nalguns locais do Norte e Centro do território, no início do mês e nalguns locais do interior no período de 14 a 17 e de 26 e 28. De destacar os valores de 47.6 mm, no dia 16, em Penhas Douradas; 33.0 mm, dia 17, em Mirandela; 31.6 mm, no dia 5, em Carrazeda de Ansiães e 28.4 mm, dia 14, na Amareleja.

Em termos espaciais os valores da percentagem de precipitação, em relação ao valor médio no período 1971-2000, foram em geral inferiores ao valor médio em todo o território, exceto nalguns locais das regiões do interior (Figura 2 esquerda).

Em termos espaciais, os valores da quantidade de precipitação acumulada no ano hidrológico 2017/2018 foram inferiores ao normal em grande parte do território, exceto no Minho, Trás-os-Montes, alguns locais do Centro e interior do Alto Alentejo (Figura 2 direita).

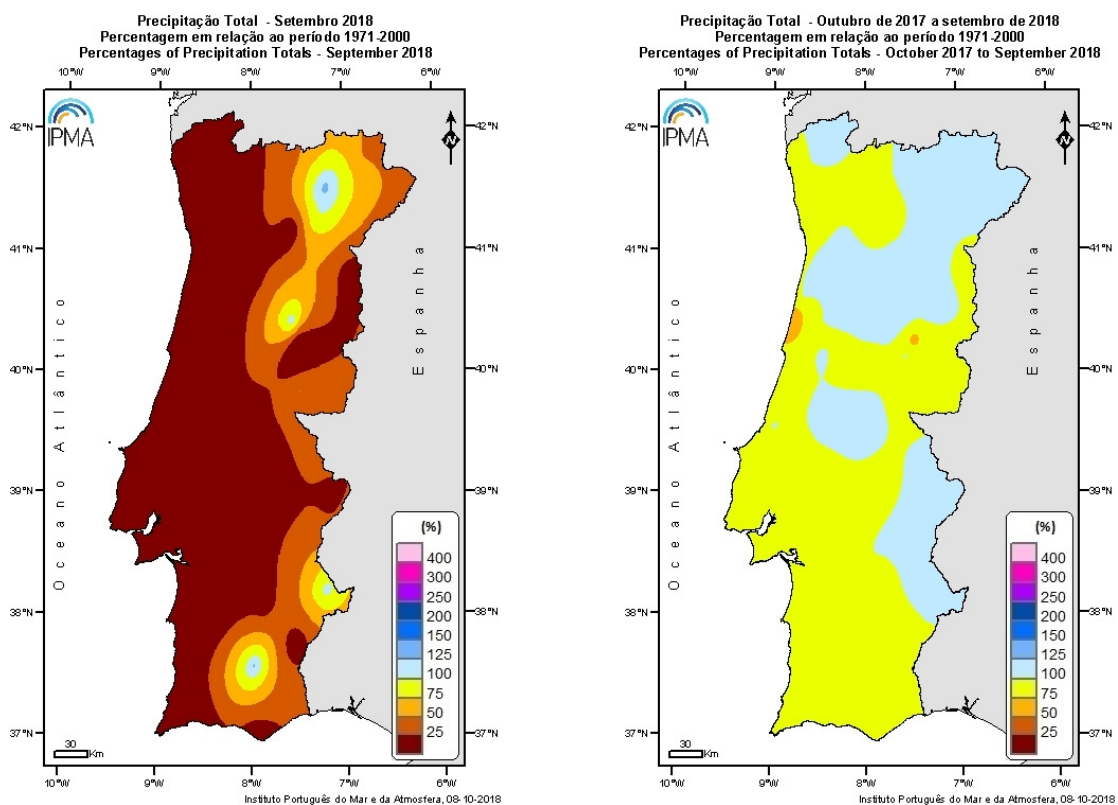


FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRECIPITAÇÃO TOTAL (EM PORCENTAGEM) EM SETEMBRO (ESQUERDA) E NO ANO HIDROLÓGICO (DIREITA)
(FONTE: IPMA).

II. Situação de Seca Meteorológica

A conjugação de valores de precipitação muito inferiores ao normal e valores de temperatura muito acima do normal, em particular da temperatura máxima, teve como consequência a ocorrência de valores altos de evapotranspiração e valores significativos de défices de humidade do solo.

Na Figura 3 apresenta-se o índice de água no solo (AS) a 30 de setembro de 2018, na qual se verifica que os valores são inferiores a 40% em praticamente todo o território, sendo mesmo inferiores 10% em alguns locais do interior Norte e Centro, Baixo Alentejo e Algarve.

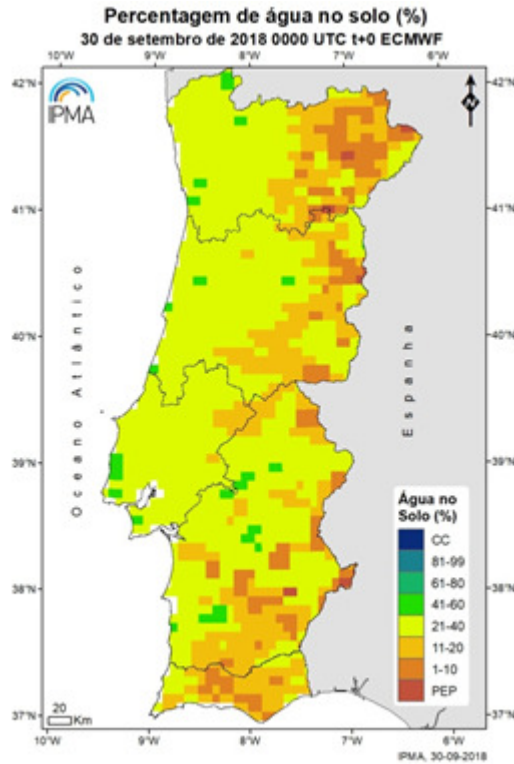


FIGURA 3 - PERCENTAGEM DE ÁGUA NO SOLO (MÉDIA 0-100 CM PROFUNDIDADE), EM RELAÇÃO À CAPACIDADE DE ÁGUA UTILIZÁVEL PELAS PLANTAS A 30 SETEMBRO 2018, 00 UTC T+0, ECMWF-HRES (RESOLUÇÃO 16 KM), (FONTE: IPMA).

III. Índice de Seca PDSI

De acordo com o índice PDSI, a 30 de setembro verificou-se um aumento da área em seca meteorológica em todo o território, estando no final do mês 98% do território nas classes de seca fraca e moderada (91.6 % em seca fraca e 6.8 % em seca moderada), Figura 4.

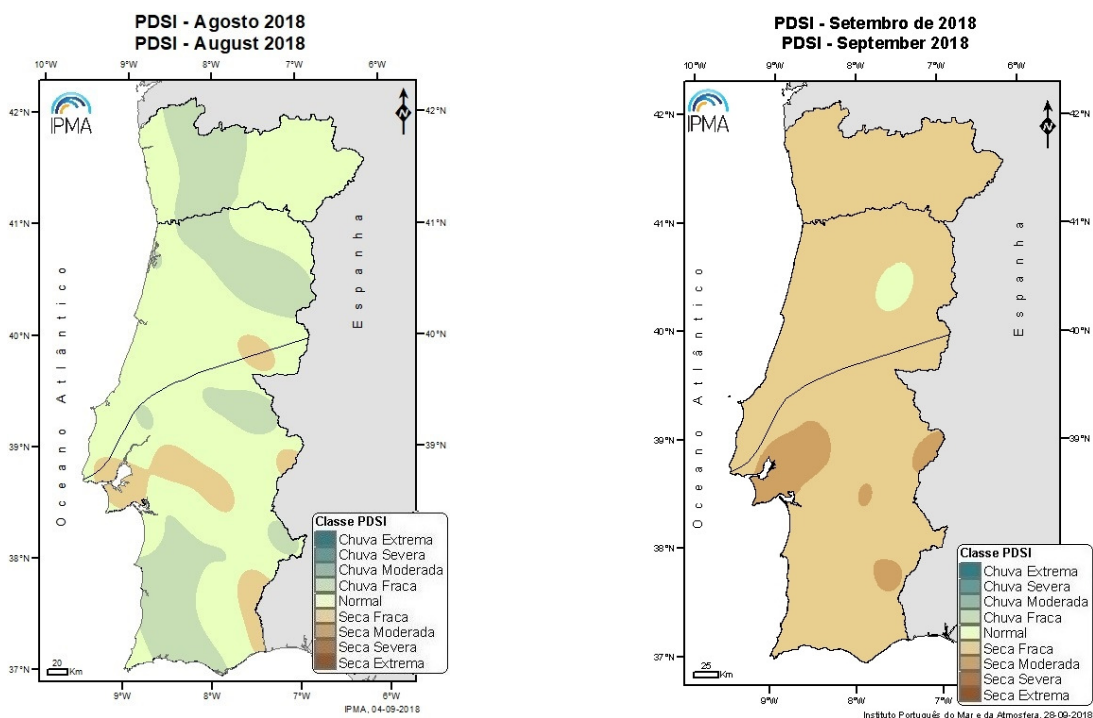


FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE SECA METEOROLÓGICA A 31 DE AGOSTO E A 30 DE SETEMBRO 2018 (FONTE: IPMA).

Na Figura 5 apresenta-se a distribuição espacial do índice de seca meteorológica desde setembro 2017.

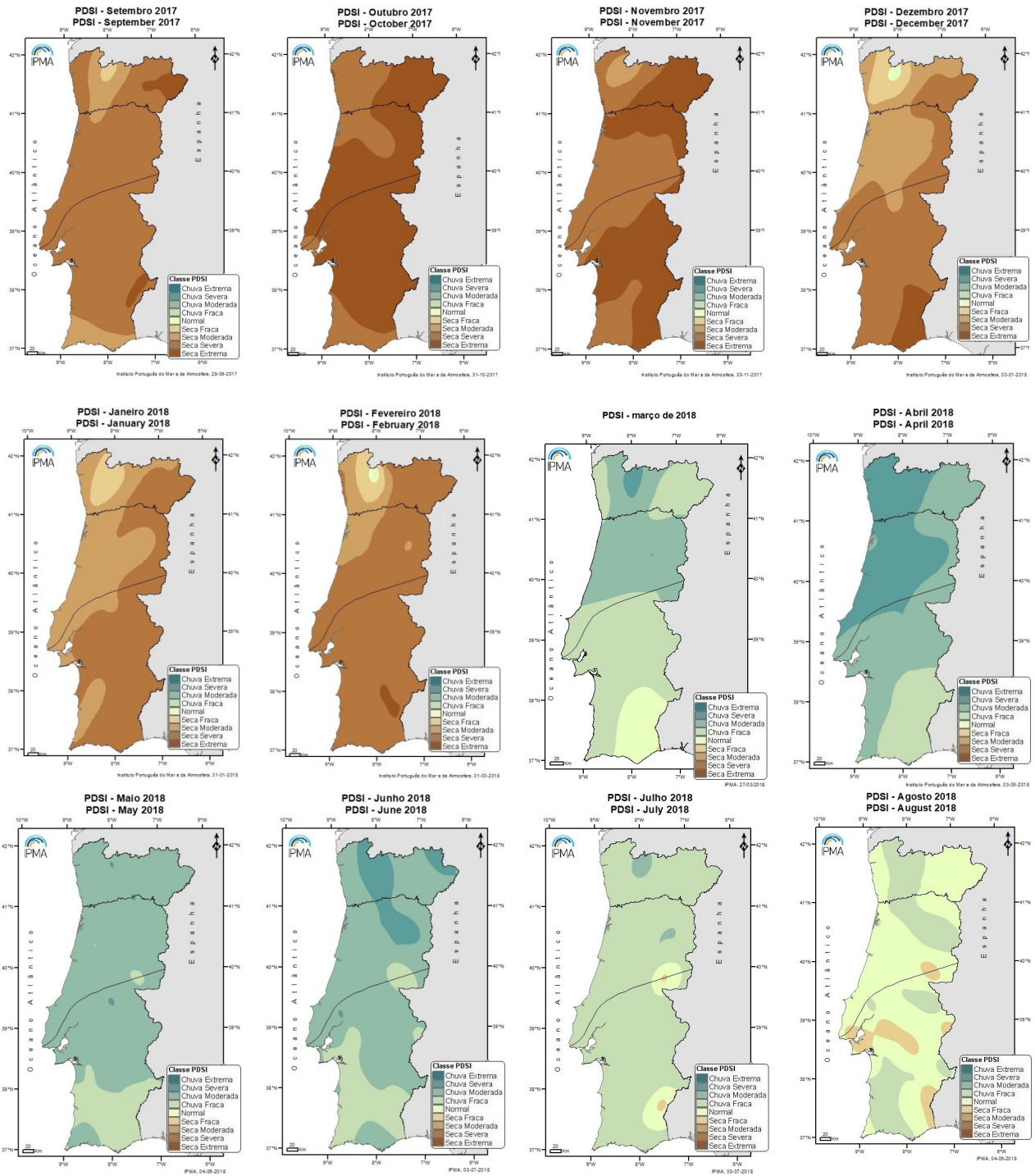


FIGURA 5 – VARIAÇÃO MENSAL DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE SECA METEOROLÓGICA (FONTE: IPMA).

Na Tabela 2, apresenta-se a percentagem do território nas várias classes do índice PDSI entre 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2018.

TABELA 2 – CLASSES DO ÍNDICE PDSI - PERCENTAGEM DO TERRITÓRIO AFETADO ENTRE 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 30 DE SETEMBRO DE 2018 (FONTE: IPMA).

Classes PDSI	30 set 2017	31 out 2017	30 nov 2017	31 dez 2017	31 jan 2018	28 fev 2018	31 mar 2018	30 abr 2018	31 mai 2018	30 jun 2018	31 jul 2018	31 ago 2018	30 set 2018
Chuva extrema	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chuva severa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	36,3	0,3	11,8	0,0	0,0	0,0
Chuva moderada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	35,6	47,1	84,6	68,4	1,9	0,0	0,0
Chuva fraca	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	52,2	16,6	15,1	19,8	91,9	28,5	0,0
Normal	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,5	10,4	0,0	0,0	0,0	5,8	63,2	1,6
Seca Fraca	0,8	0,0	0,0	5,6	4,5	3,7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,4	8,3	91,6
Seca Moderada	10,7	0,0	2,7	29,1	39,9	11,4	0,0	0,0	0,0	0,0	,0	0,0	6,8
Seca Severa	81,0	24,8	46,8	58,3	55,6	83,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Seca Extrema	7,4	75,2	50,4	6,4	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

IV. Índice de seca SPI

O índice SPI (Standardized Precipitation Index- Índice padronizado de precipitação) quantifica o défice ou o excesso de precipitação em diferentes escalas temporais, que refletem o impacto da seca nas disponibilidades de água.

Na Figura 6 apresenta-se o SPI nas escalas de 3, 6, 9 e 12 meses no final de setembro. Verifica-se que no final de setembro no SPI-3m, todas as bacias estavam em seca, sendo de salientar as bacias do Mondego e Ribeiros do Oeste na classe de seca severa.

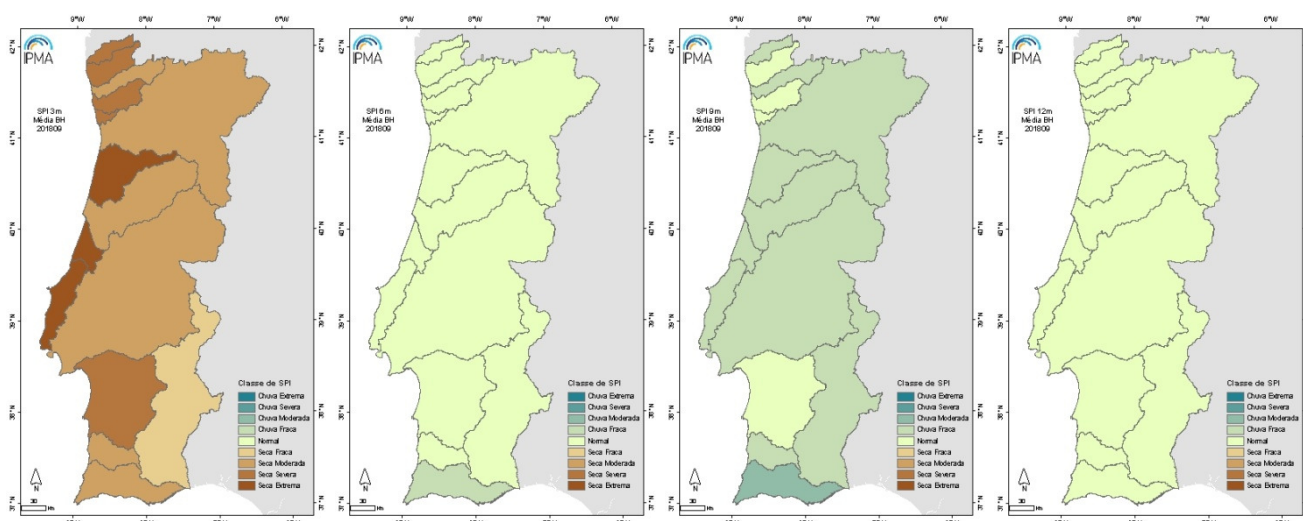


FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE SECA SPI NAS ESCALAS DE 3, 6, 9 E 12 MESES (FONTE: IPMA).

V. Evolução até ao final do mês

A evolução da situação de seca para o mês seguinte baseia-se na estimativa do índice PDSI, para cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação. Assim, tendo em conta a situação no final de setembro, consideram-se os seguintes cenários para a precipitação em outubro (Figura 7):

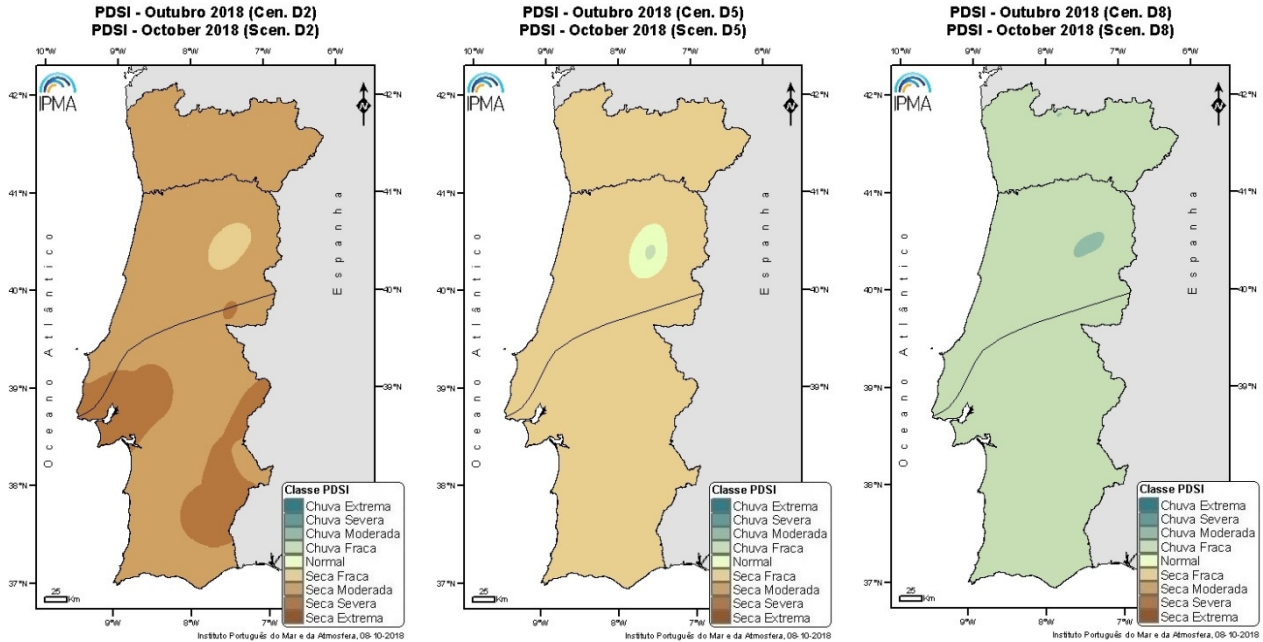


FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE DE SECA METEOROLÓGICA PDSI CALCULADO COM BASE EM CENÁRIOS DE PRECIPITAÇÃO PARA O MÊS DE OUTUBRO (FONTE: IPMA).

Cenário 1 (2º decil - D2) - Valores da quantidade de precipitação muito inferiores ao normal (valores inferiores ocorrem em 20% dos anos): aumento da área em seca ficando todo o território na classe de seca moderada e nalguns locais do Centro e Sul na classe de seca severa.

Cenário 2 (5º decil – D5) – Valores da quantidade de precipitação próximos do normal: levariam a uma situação idêntica à de 30 de setembro com quase todo o território na classe de seca fraca.

Cenário 3 (8º decil – D8) – Valores da quantidade de precipitação muito superiores ao normal (valores superiores ocorrem em 20% dos anos): todo o território deixaria de estar em seca.

VI. Previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF)¹

Na precipitação total semanal, prevêem-se valores abaixo do normal, para as regiões Centro e Sul, na semana de 08/10 a 14/10. Nas semanas de 15/10 a 21/10, de 22/10 a 28/10 e de 29/10 a 04/11, não é possível identificar a existência de sinal estatisticamente significativo.

Tendo em conta a previsão para as próximas semanas será provável manter-se a situação de seca em Portugal Continental.

¹<http://www.ipma.pt/pt/otempo/prev.longo.prazo/mensal/index.jsp?page=prev-182015.html>

2. Avaliação Meteorológica no ano hidrológico 2017/2018

I. Temperatura e Precipitação

O ano hidrológico 2017/2018 classificou-se como normal em relação à precipitação e quente em relação à temperatura do ar (Figura 8). Nos últimos 18 anos é de salientar os anos hidrológicos de 2004/2005, 2008/2009, 2011/2012 e 2016/2017 com valores de precipitação muito inferiores ao normal.

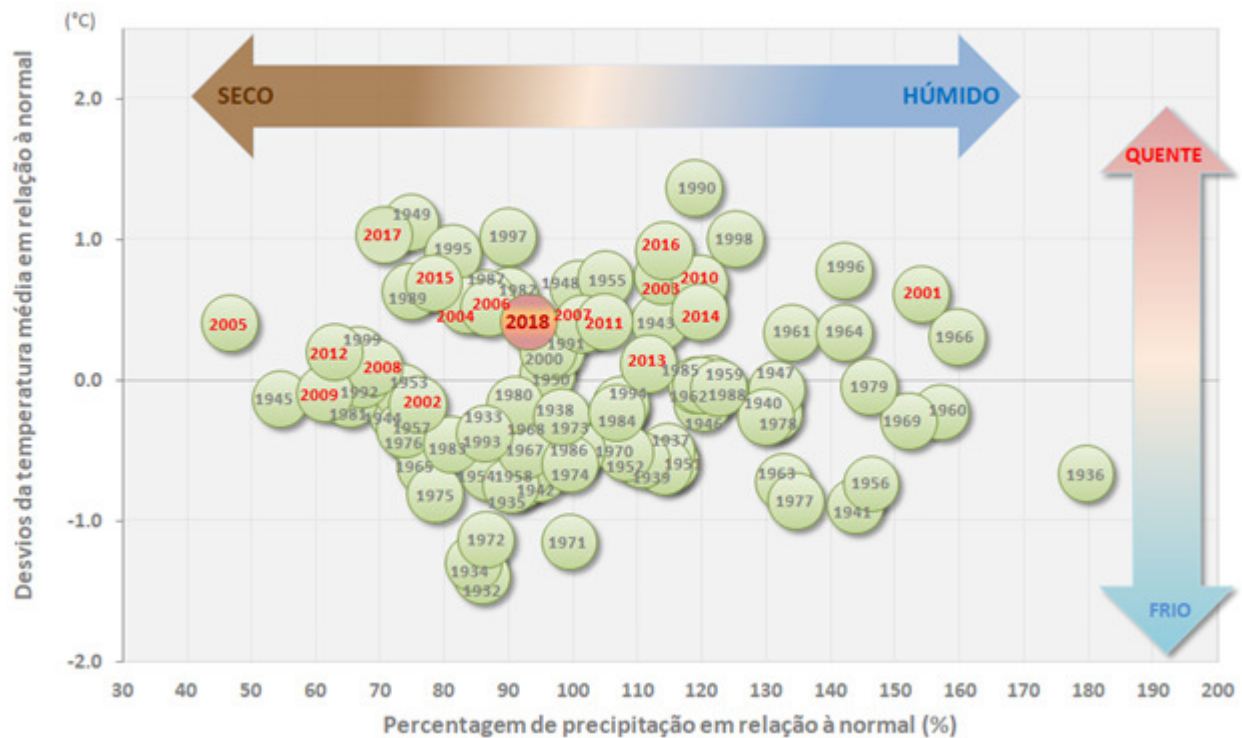


FIGURA 8 - TEMPERATURA E PRECIPITAÇÃO NO ANO HIDROLÓGICO 2017/18 (FONTE: IPMA).

O valor médio da quantidade de precipitação no final do ano hidrológico 2017/2018 (1 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018) foi de 819.1 mm, correspondendo a 93 % do valor normal.

O ano hidrológico iniciou-se com valores de precipitação muito inferiores ao normal, os meses de outubro a fevereiro foram muito secos. A partir de março verifica-se uma recuperação significativa, em relação ao valor normal, superando o valor que se verificava no ano hidrológico 2016/17 no final de março (Figura 9), mantendo-se nos meses seguintes com valores acumulados muito próximos do valor normal.

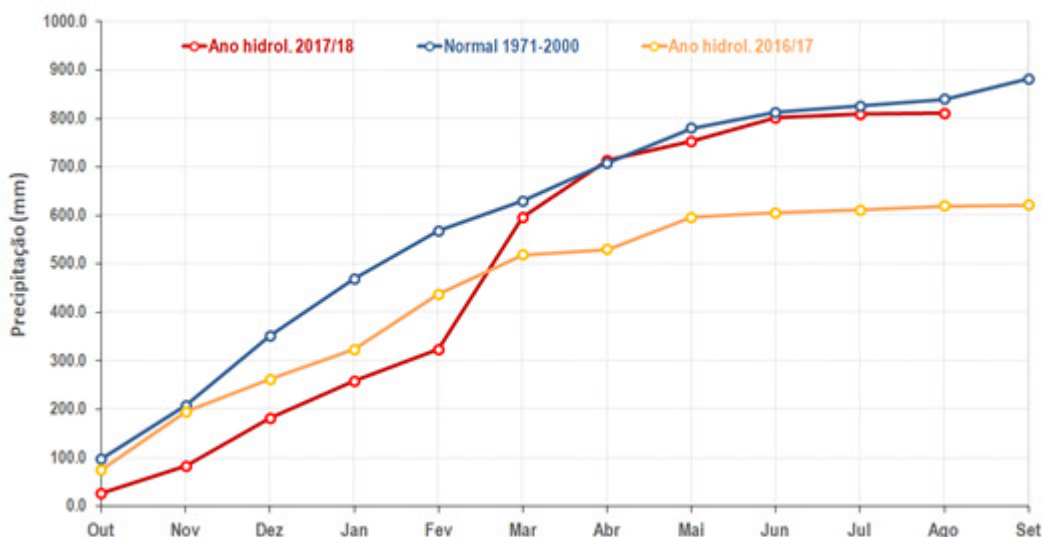


FIGURA 9 - PRECIPITAÇÃO MENSAL ACUMULADA NOS ANOS HIDROLÓGICOS 2017/18, 2016/17 E PRECIPITAÇÃO NORMAL ACUMULADA 1971-2000 (FONTE: IPMA).

Durante o ano (Figura 10) destaca-se por um lado, o mês de outubro, o mais seco dos últimos 20 anos e por outro lado o mês de março o 2º mais chuvoso dos últimos 88 anos (o mais chuvoso em 2001).

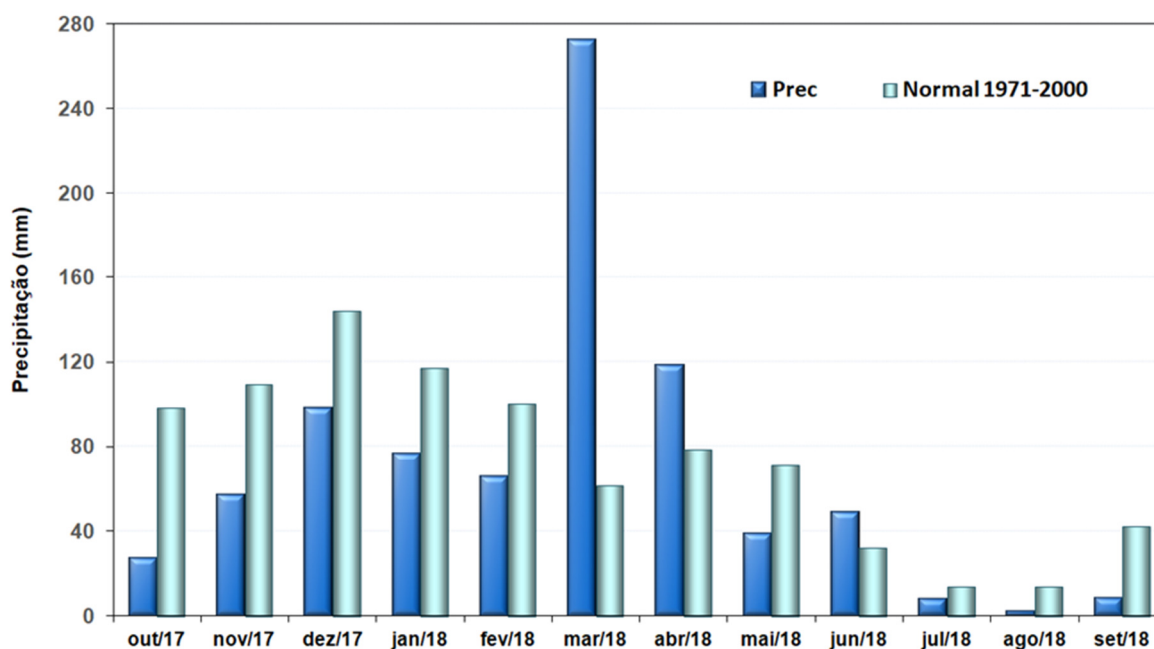


FIGURA 10 – PRECIPITAÇÃO MENSAL EM PORTUGAL CONTINENTAL NO ANO HIDROLÓGICO 2017/18.

COMPARAÇÃO COM OS VALORES MÉDIOS (FONTE: IPMA).

Em termos espaciais (Figura 11), os valores da quantidade de precipitação acumulada no ano hidrológico 2017/2018 foram superiores ao normal nalguns locais do Minho, na região de Trás-os-Montes, em alguns locais da região Centro e no interior do Alto Alentejo. No restante território os valores foram inferiores ao normal para esta altura do ano.

Os valores da quantidade de precipitação acumulada variaram entre 370 mm em Castro Marim e 1862 mm em Vila Nova de Cerveira; e os valores da percentagem de precipitação entre 57 % em Dunas de Mira e 121 % em Nelas.

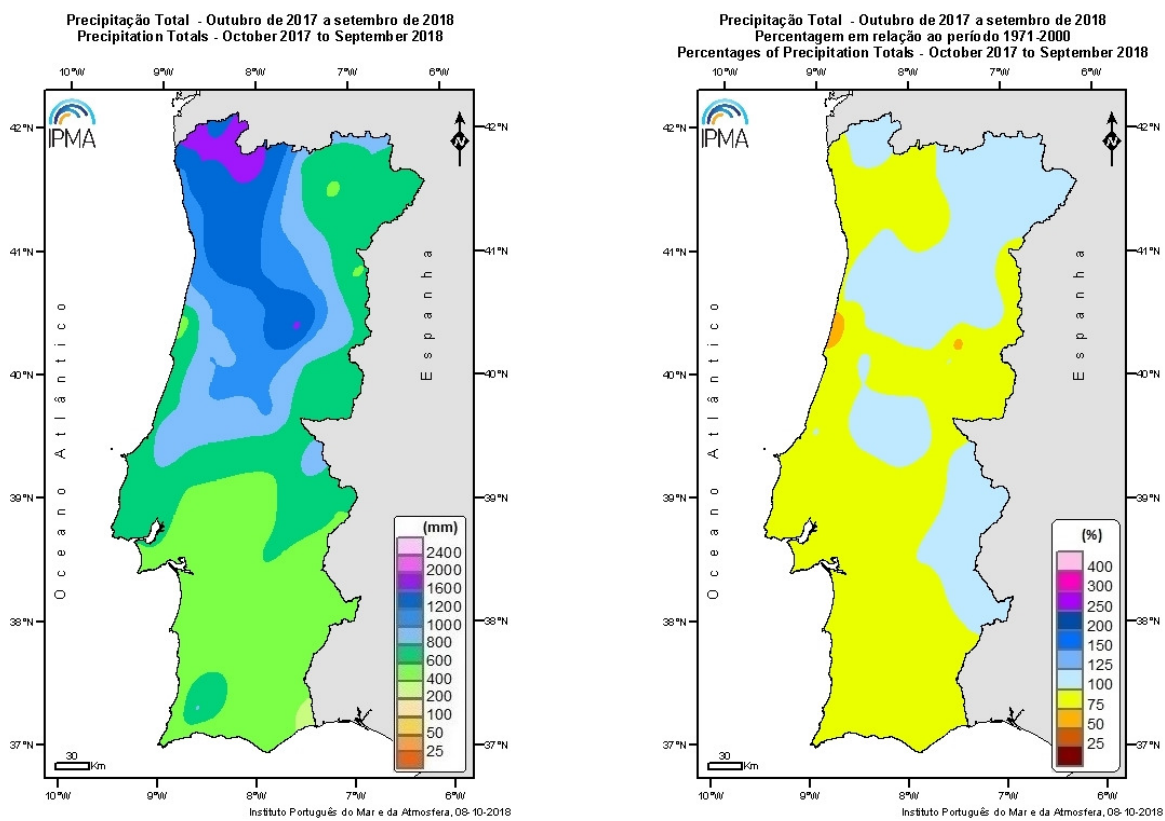


FIGURA 11 - PRECIPITAÇÃO ACUMULADA ENTRE 01 DE OUTUBRO 2017 E 30 DE SETEMBRO 2018 (ESQUERDA) E PERCENTAGEM EM RELAÇÃO À MÉDIA 1971-2000 (DIREITA) (FONTE: IPMA).

Em relação à temperatura do ar, o ano hidrológico classifica-se como quente. O valor médio da temperatura média do ar (15.6 °C) foi superior ao valor normal em +0.4 °C. Também o valor médio da temperatura máxima foi superior ao normal (+1.0 °C), enquanto a temperatura mínima foi inferior (-0.2 °C).

Durante o ano hidrológico (Figura 12) é de salientar os meses com maiores anomalias positivas, outubro de 2017 (desvio da temperatura máxima de cerca de +6.0 °C), agosto e setembro de 2018. Os meses com os maiores desvios negativos em relação à média foram fevereiro e março de 2018.

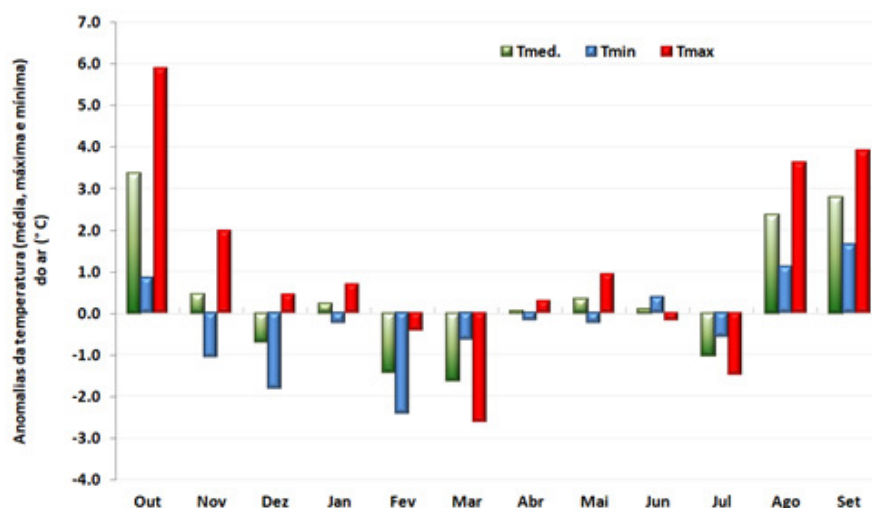


FIGURA 12 – ANOMALIAS DA TEMPERATURA DO AR (MÉDIA, MÍNIMA E MÁXIMA) NO ANO HIDROLÓGICO 2017/18 EM PORTUGAL CONTINENTAL. DESVIOS EM RELAÇÃO À MÉDIA 1971-2000 (FONTE: IPMA).

II. Índice de água no solo

O ano hidrológico 2017/2018 iniciou-se muito seco, a 31 de outubro de 2017, grande parte das regiões do interior e do Sul de Portugal continental, apresentavam valores de água no solo inferiores a 20%, sendo mesmo em alguns locais iguais ou inferiores ao ponto de emurchecimento (Figura 13 a).

No final do período húmido verificou-se um aumento muito significativo da percentagem de água no solo, em todo o território do continente; os valores do índice de água no solo eram superiores a 80% em grande parte do território, exceto nalguns locais da região Sul (Figura 13 b).

No final do ano hidrológico a conjugação de valores de precipitação muito inferiores ao normal e valores de temperatura muito acima do normal (nos meses de agosto e setembro), em particular da temperatura máxima, teve como consequência a ocorrência de valores altos de evapotranspiração e valores significativos de défices de humidade do solo.

Desta forma o índice de água no solo a 30 de setembro apresentava valores inferiores a 40% em praticamente todo o território, sendo mesmo inferiores 10% em alguns locais do interior Norte e Centro, Baixo Alentejo e Algarve (Figura 13 c).

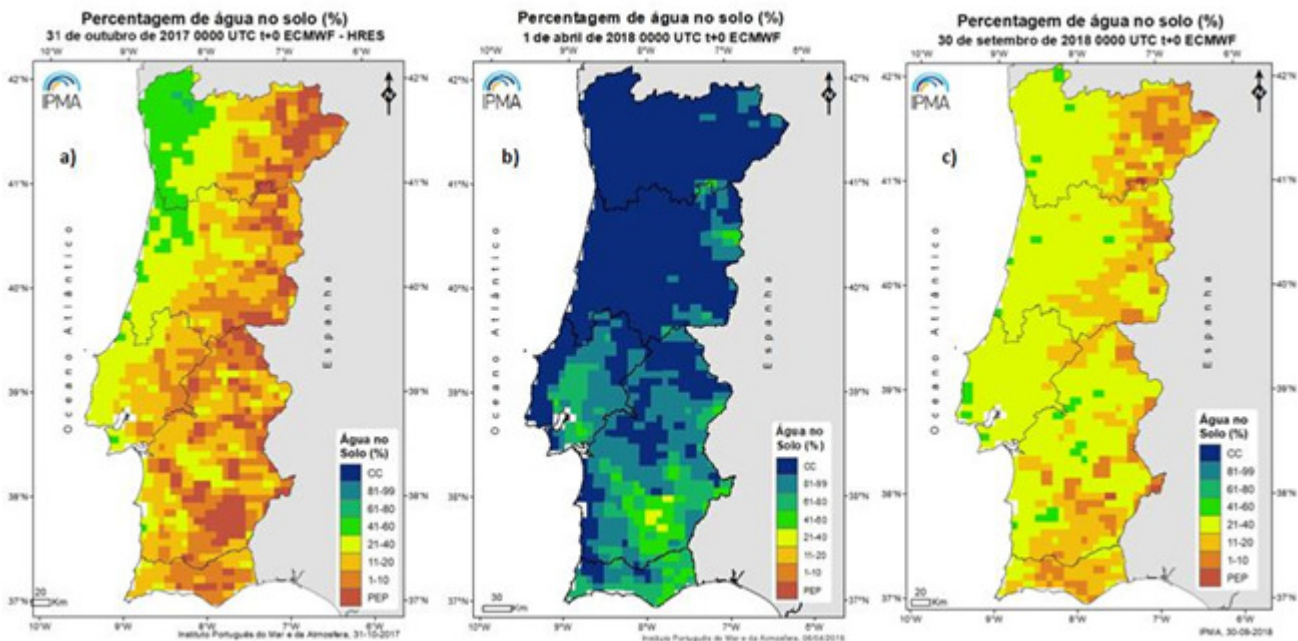


FIGURA 13 - PERCENTAGEM DE ÁGUA NO SOLO (MÉDIA 0-100 CM PROFUNDIDADE), EM RELAÇÃO À CAPACIDADE DE ÁGUA UTILIZÁVEL PELAS PLANTAS A 31 OUTUBRO DE 2017 (A), A 1 ABRIL 2018 (B) E A 30 SETEMBRO 2018 (C) (FONTE: IPMA).

III. Índice de seca PDSI

No início do ano hidrológico 2017/2018, o défice de precipitação que se verificava no final do ano hidrológico anterior (2016/17) acentuou-se e no final de outubro, todo o território estava nas classes mais graves do índice de seca PDSI (severa e extrema). Este episódio de seca foi diferente dos ocorridos anteriormente em Portugal continental, uma vez que se agravou no outono, e manteve-se durante os meses de inverno (Figura 14).

A partir de março devido à ocorrência de valores muito elevados da quantidade de precipitação, em todo o território do continente, a situação de seca meteorológica terminou em todas as regiões, situação que se manteve até agosto.

No final de setembro verificou-se novamente o surgimento das classes de seca fraca e moderada do índice PDSI, em consequência de nos meses de agosto e setembro se terem verificado valores de precipitação muito inferiores ao normal e valores de temperatura muito acima do normal, em particular da temperatura máxima o que teve como consequência um défice mais significativo de humidade do solo.

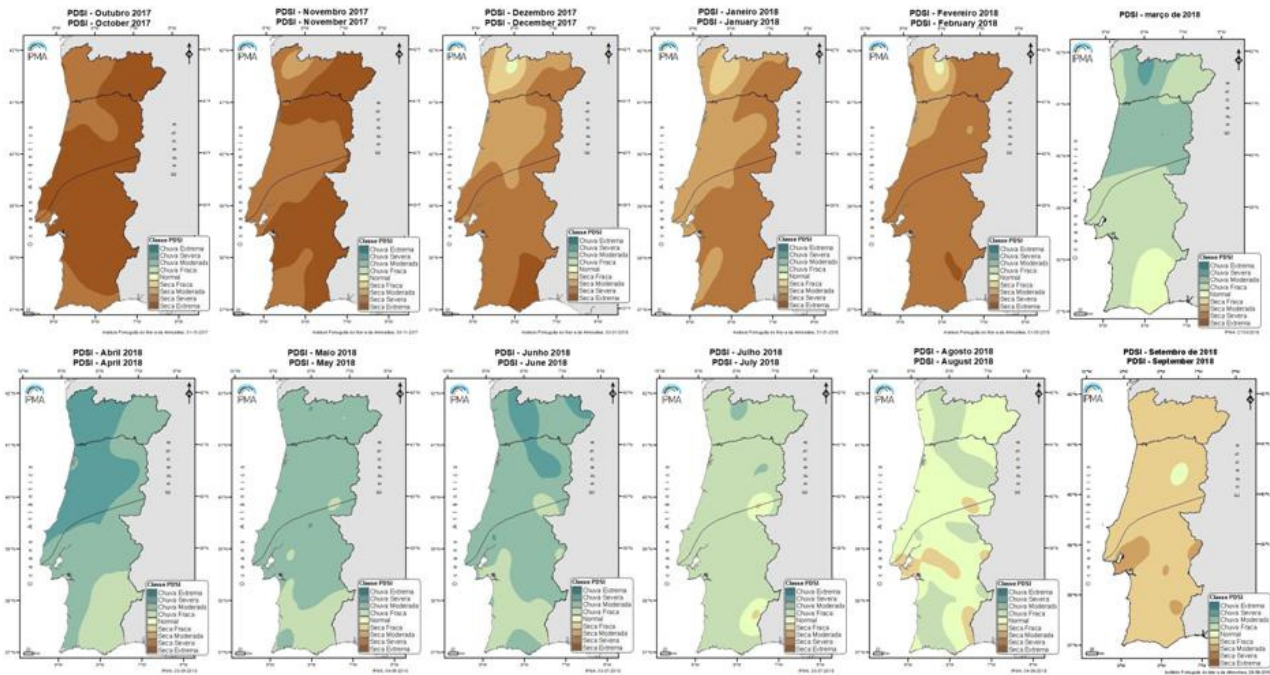


FIGURA 14 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ÍNDICE METEOROLÓGICO DE SECA PDSI NO ANO HIDROLÓGICO 2017/18 (FONTE: IPMA).

3. Disponibilidades hídricas armazenadas nas Albufeiras

Conforme estabelecido no “Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca”, aprovado a 19 de julho de 2017, pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, criada através da RCM n.º 80/2017, de 7 de junho, a avaliação da seca hidrológica é feita em quatro momentos no ano hidrológico: 31 de janeiro, 31 de março, 31 maio e 30 de setembro.

Da avaliação realizada em **31 de janeiro de 2018**, verificou-se que as bacias do Tejo, das Ribeiras do Oeste, do Sado, do Mira e do Barlavento apresentavam percentagens de armazenamento abaixo dos níveis definidos para o Nível H.3 e as bacias do Ave e Guadiana apresentavam percentagens de armazenamento abaixo dos níveis definidos para o Nível H.2 de seca hidrológica.

Da avaliação realizada em **31 de março de 2018**, a bacia do Sado estava ainda em seca hidrológica mas com percentagens de armazenamento abaixo dos níveis definidos para o Nível H.2, recuperando assim do Nível H.3 (mais gravoso) onde estava desde janeiro de 2016. As bacias de Ribeiras do Oeste continuavam no nível H.3 de alerta de seca hidrológica e as bacias de Mira e Barlavento apresentam percentagens de armazenamento abaixo dos níveis definidos para o Nível H.2, embora tendo recuperado, relativamente a janeiro. As restantes bacias apresentam níveis de armazenamento já acima do valor médio observado, tendo recuperado significativamente.

Da avaliação realizada em **31 de maio de 2018** apenas a bacia das Ribeiras do Oeste estão no limiar do limite superior associado ao Nível H.2, tendo-se verificado uma recuperação nas restantes bacias que deixam assim de estar em seca hidrológica.

Da avaliação realizada em **30 de setembro de 2018** apenas a bacia do Lima apresenta percentagens de armazenamento abaixo dos níveis definidos para o Nível H.3, no entanto, esta situação faz parte da gestão deste aproveitamento (Alto Lindoso) no início do semestre húmido, do ano hidrológico para ganhar encaixe para eventuais cheias que venham a ocorrer. A bacia do Mira apresenta valores de armazenamento significativamente inferiores ao valor médio de setembro. As restantes bacias continuam apresentar percentagens de armazenamento acima ou muito próximo do valor médio, Figura 15.

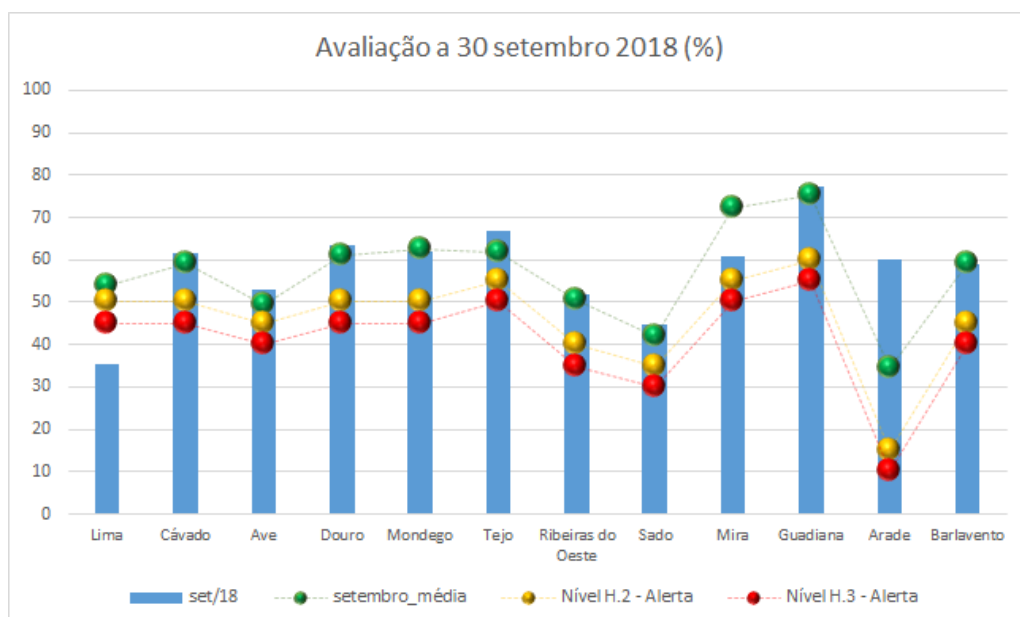


FIGURA 15 – ARMAZENAMENTO TOTAL POR BACIA HIDROGRÁFICA EM 30 DE SETEMBRO DE 2018, ARMAZENAMENTO MÉDIO NO MÊS DE MAIO (1990/91 A 2016/17) E NÍVEIS DE ALERTA DE SECA HIDROLÓGICA CORRESPONDENTES A 30 DE SETEMBRO. (FONTE: APA)

No último dia do mês de setembro de 2018 e comparativamente ao último dia do mês anterior verificou-se uma descida no volume armazenado em todas as bacias hidrográficas monitorizadas, Figura 16. O armazenamento na bacia do Sado diminuiu para 45 %, continuando com um nível superior à média observada para este mês (42 %), apesar de ainda existirem albufeiras com um nível baixo de armazenamento, como é o caso das albufeiras de Campilhas (9 %), do Monte da Rocha (12 %) e da Vigia (22 %).

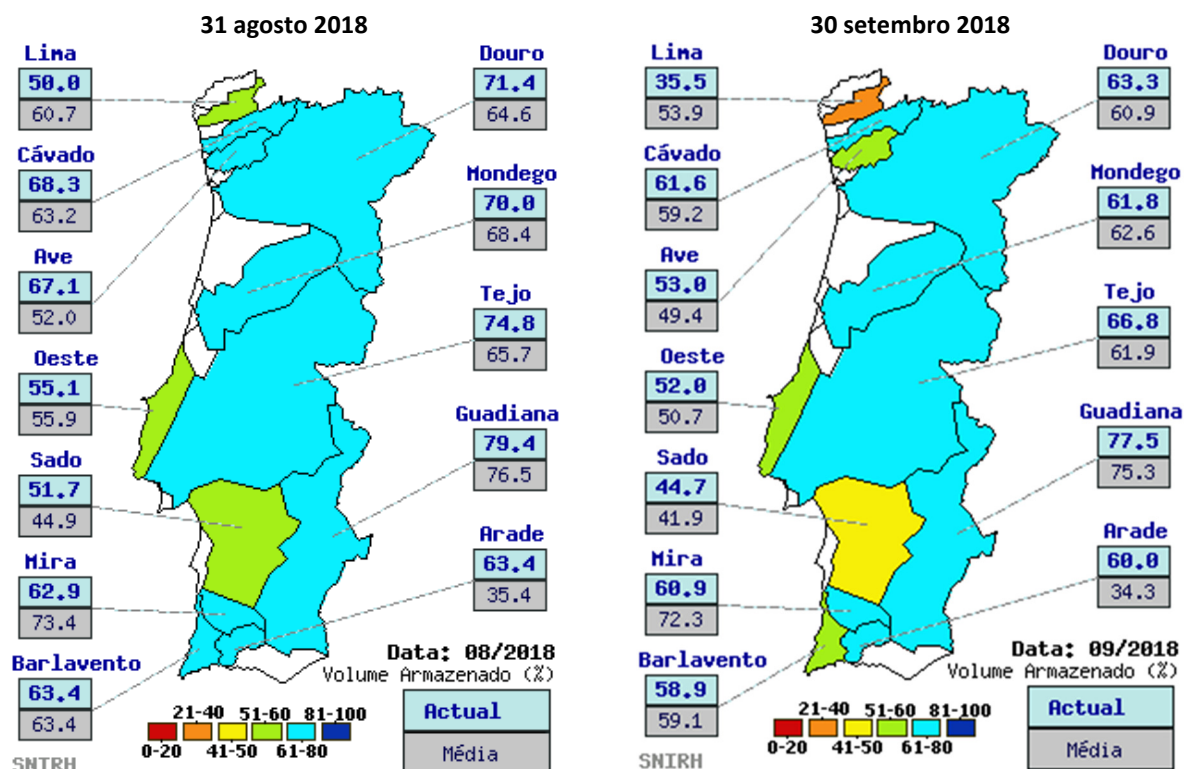


FIGURA 16- SITUAÇÃO DAS ALBUFEIRAS A 31 DE AGOSTO DE 2018 E 30 SETEMBRO DE 2018 (FONTE: APA).

Os armazenamentos de setembro de 2018, por bacia hidrográfica, apresentam-se superiores às médias de armazenamento de setembro (1990/91 a 2016/17), exceto para as bacias do Lima, Mondego, Mira e Ribeiras do Algarve. Comparativamente aos valores observados no final de outubro de 2017 é possível observar que existe, desde então, um aumento das disponibilidades armazenadas totais visível nas bacias a norte do Tejo já no final de janeiro e depois em quase todas as bacias em final de setembro, Figura 17.

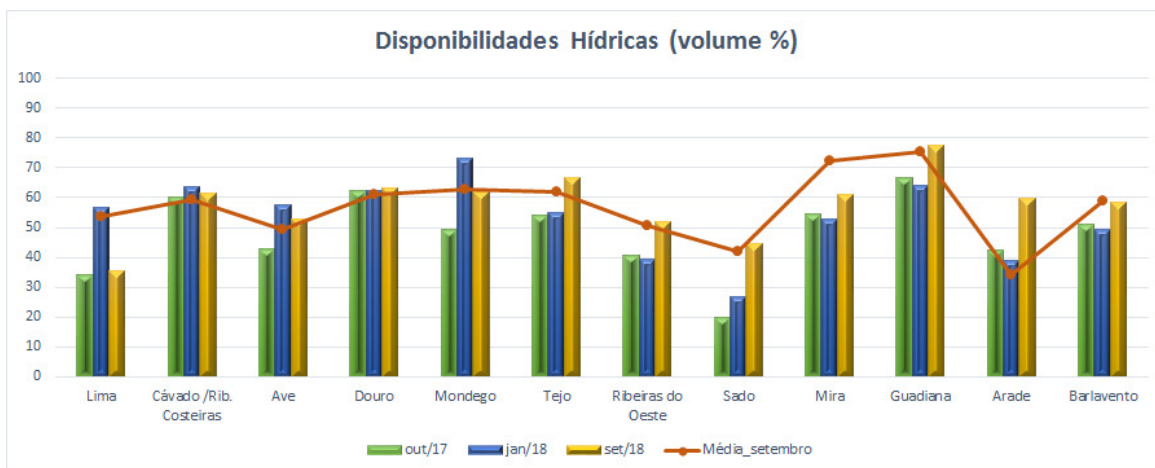


FIGURA 17 - PERCENTAGEM DE VOLUME TOTAL ARMAZENADO POR BACIA HIDROGRÁFICA, A 31 DE OUTUBRO, A 31 DE JANEIRO E A 31 DE AGOSTO DE 2018 (FONTE: APA).

Na Figura 18 é possível comparar as disponibilidades hídricas totais armazenadas nas diferentes bacias hidrográficas, durante o mês de setembro 2017 com o que se verificou em setembro de 2018. Verifica-se que as disponibilidades em setembro de 2018 são francamente superiores em todas as bacias. Saliente-se que em setembro de 2017 os armazenamentos por bacia hidrográfica apresentam-se, em regra, inferiores às médias observadas e em setembro de 2018 os armazenamentos por bacia hidrográfica estão, em regra, superiores às médias verificadas.

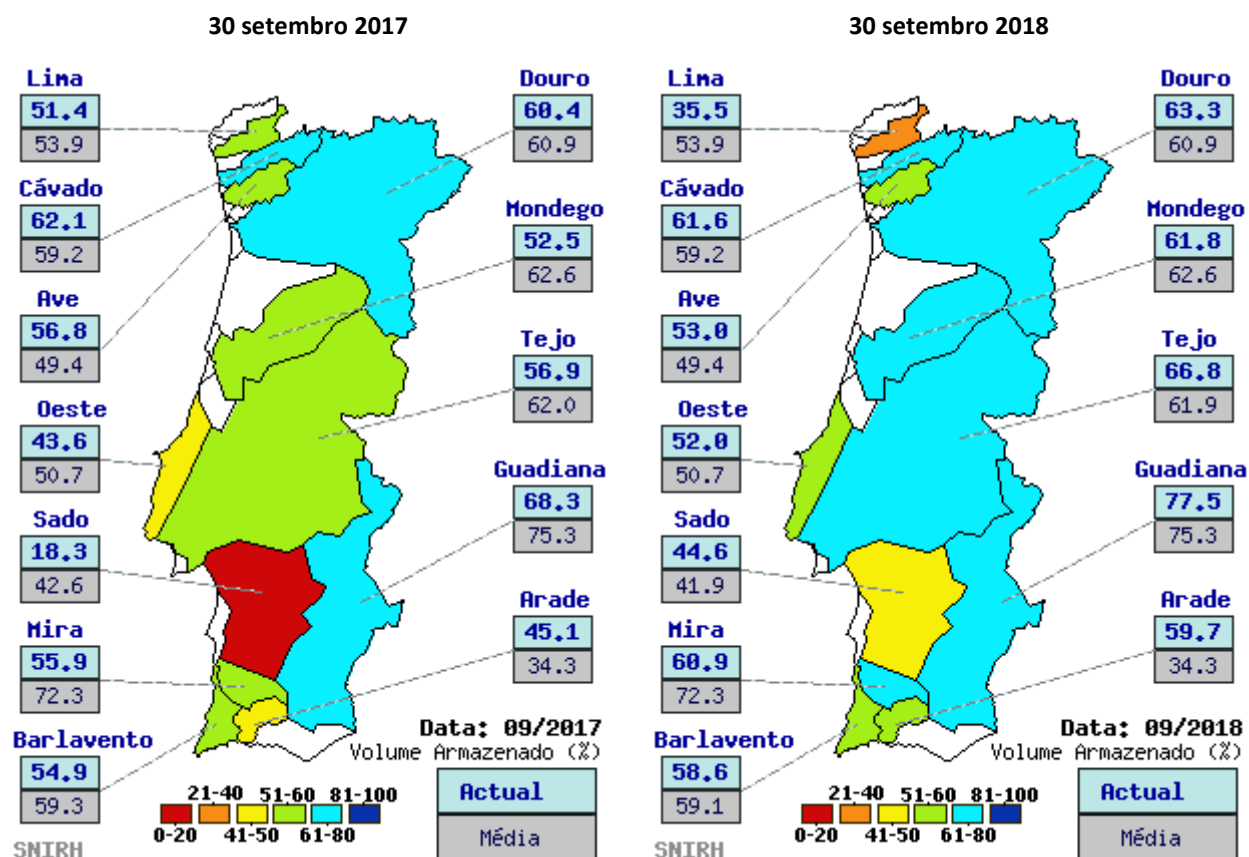


FIGURA 18 - DISPONIBILIDADES HÍDRICAS TOTAIS ARMAZENADAS NAS DIFERENTES BACIAS HIDROGRÁFICAS DURANTE O MÊS DE SETEMBRO DOS ANOS DE 2017 E 2018 (FONTE: APA).

Das 61 albufeiras monitorizadas, 11 apresentam disponibilidades hídricas superiores a 80% do volume total (17 em 31 de agosto 2018) e 11 tem disponibilidades inferiores a 40% do volume total (6 em 31 de agosto 2018), tendo-se verificado uma diminuição na maioria das albufeiras.

As albufeiras, que no final do mês de setembro apresentavam volumes totais inferiores a 40% correspondiam a cerca de 18% do universo das albufeiras monitorizadas e localizavam-se:

- Na bacia do Sado [Campilhas (9 %), Monte da Rocha (12 %) e Fonte Serne (33 %)];
- Na bacia do Guadiana [Vigia (22 %) e Caia (32 %)];
- Na bacia do Tejo [Divor (25%)];
- Na bacia do Mondego [Fronhas (33 %)];
- Na bacia do Douro [Varosa (29%)];
- Na bacia do Cávado [Paradela (35%)];
- Na bacia do Lima [Alto Lindoso (34%)].

A 30 de setembro apenas a Bacia do **Guadiana** apresenta níveis de armazenamentos superiores a 70 %, sendo que as albufeiras da Vigia (22 %) e do Caia (32 %) são as que apresentam os valores mais baixos de armazenamento

Nas bacias do **Douro**, do **Mondego**, do **Vouga**, do **Tejo** e do **Mira** os níveis de armazenamento estão acima dos 60 %, sendo que algumas das albufeiras apresentam valores inferiores a 50%.

Nas **Ribeiras do Oeste** os níveis de armazenamentos estão na ordem dos 52 %.

Na Bacia do **Sado** apesar das disponibilidades totais armazenadas continuarem acima da média, temos, ainda, seis albufeiras com armazenamento inferior a 50 % - [Campilhas (9 %), Monte da Rocha (12 %) e de Fonte Serne (33 %), do Roxo (38 %), Odivelas (42 %) e Vale do Gaio (47 %)]. As restantes albufeiras estão acima 55 % do volume total. A situação mais crítica continua a ser a albufeira do Monte da Rocha sem ligação ao sistema Alqueva.

Na bacia do **Arade** as albufeiras do Arade (43 %) e de Odelouca (54 %) são as que apresentam os valores mais baixos de armazenamento, sendo que o Funcho apresenta 87 %.

Na bacia das **Ribeiras do Algarve**, a albufeira da Bravura apresenta níveis de armazenamento na ordem 59 %.

A situação na bacia do Sado melhorou significativamente, pois a percentagem do volume total armazenado nesta bacia apresenta valores superiores à média. No entanto os níveis armazenados em algumas albufeiras são ainda inquietantes.

Na Figura 19 é possível observar o afastamento significativo da evolução do armazenamento na bacia do Sado registado entre outubro de 2016 a fevereiro de 2018 e a recuperação verificada em março e abril, quando comparados com os valores médios dos últimos 26 anos. Desde abril de 2018 que o armazenamento total da bacia está acima da média histórica.



FIGURA 19 – EVOLUÇÃO DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO SADO COMPARATIVAMENTE À MÉDIA MENSAL CALCULADA PARA O PERÍODO (1990/91 A 2016/17) (FONTE: APA).

Na bacia do Guadiana e desde outubro de 2016 que os níveis de armazenamento estavam inferiores à média, tendo recuperado a partir de março de 2018. Na Figura 20 é possível observar o afastamento da evolução do armazenamento na bacia do Guadiana registado entre outubro de 2016 e fevereiro de 2018, e a recuperação verificada em março e abril quando comparados com os valores médios dos últimos 26 anos. Desde abril de 2018 que o armazenamento total da bacia está acima da média histórica

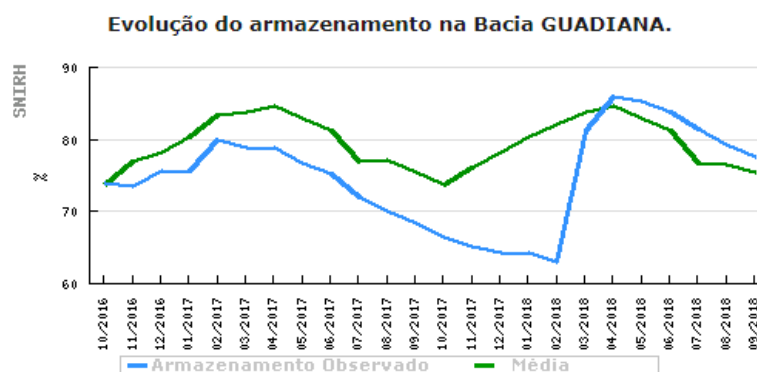


FIGURA 20 – EVOLUÇÃO DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO GUADIANA COMPARATIVAMENTE À MÉDIA MENSAL CALCULADA PARA O PERÍODO (1990/91 A 2016/17) (FONTE: APA).

A bacia do Tejo apresentou, no mês de março, uma subida exponencial dos valores de armazenamento total tendo ultrapassado os valores médios dos últimos 26 anos, tendo em abril continuado a subir embora de forma menos acentuada, Figura 21. Desde março de 2018 que o armazenamento total da bacia está acima da média histórica

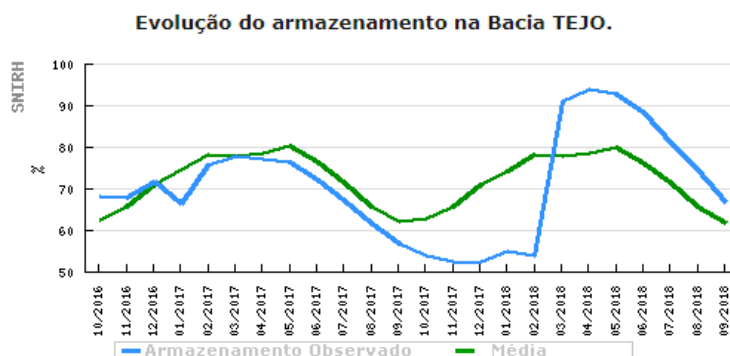


FIGURA 21 – EVOLUÇÃO DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO COMPARATIVAMENTE À MÉDIA MENSAL CALCULADA PARA O PERÍODO (1990/91 A 2016/17) (FONTE: APA).

A bacia das Ribeiras do Oeste apresenta, tanto no ano hidrológico anterior como no ano em curso, valores de armazenamento total inferiores à média. Na Figura 22 é possível observar o afastamento da evolução do armazenamento na bacia das Ribeiras do Oeste registado entre outubro de 2016 e março de 2018, quando comparados com os valores médios dos últimos 26 anos, sendo que a recuperação verificada em março e abril foi ainda insuficiente. O armazenamento total disponível nunca ultrapassou a média histórica, tendo-se no entanto verificado uma aproximação a partir de junho de 2018.

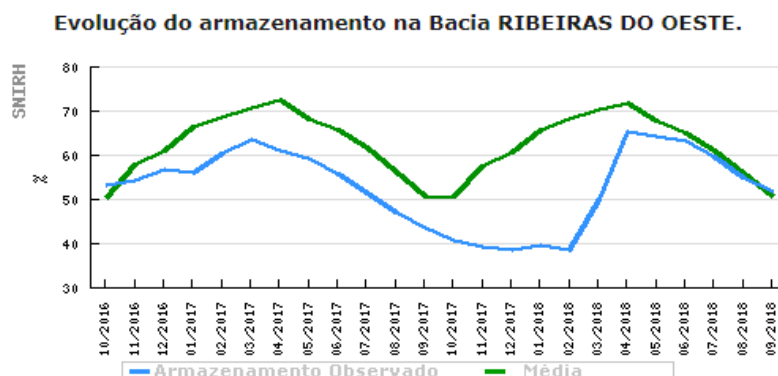


FIGURA 22 – EVOLUÇÃO DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO OESTE COMPARATIVAMENTE À MÉDIA MENSAL CALCULADA PARA O PERÍODO (1990/91 A 2016/17) (FONTE: APA)

Considerando os volumes armazenados totais, no final do mês de setembro as situações críticas e sob vigilância identificadas são:

Situações críticas ao nível das águas superficiais:

- Campilhas [9 %] e Monte da Rocha [12 %] - Bacia do Sado;
- Vigia [22 %] - Bacia do Guadiana.

Situações sob vigilância ao nível das águas superficiais:

- Fronhas [33 %] - Bacia do Mondego;
- Fonte Serne [33 %] e Roxo [38 %] - Bacia do Sado;
- Caia [32 %] - Bacia do Guadiana.

4. Águas Subterrâneas

No respeitante à evolução das reservas hídricas subterrâneas apresentam-se, seguidamente, os mapas de evolução dos níveis piezométricos correspondentes aos meses agosto e setembro do corrente ano hidrológico 2017-2018, (Figura 23).

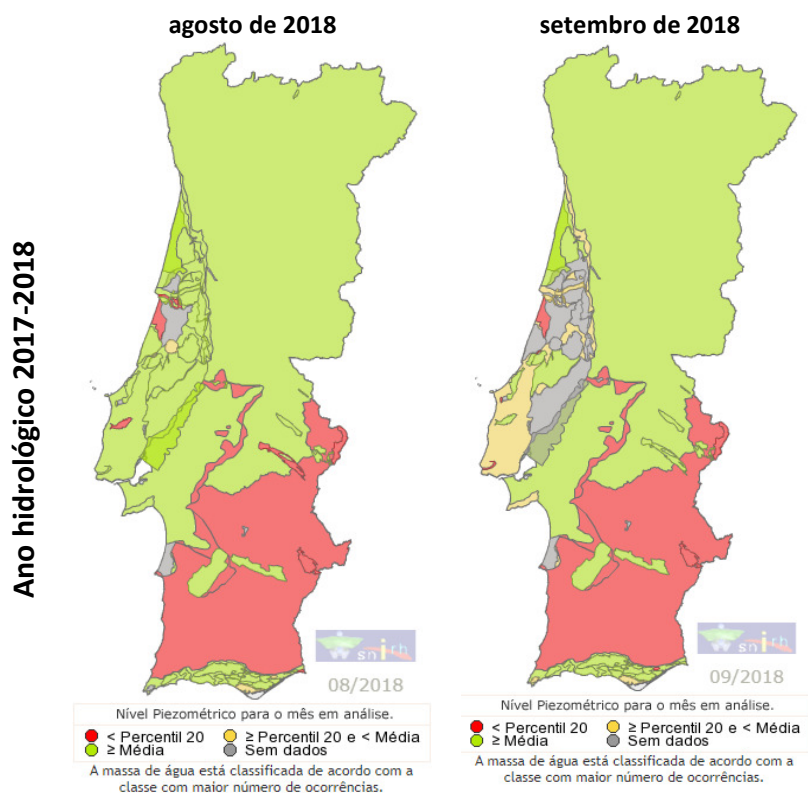


FIGURA 23 – EVOLUÇÃO DAS RESERVAS HÍDRICAS SUBTERRÂNEAS OBSERVADAS NOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO ANO HIDROLÓGICO 2017/2018 (FONTE: APA).

Da análise dos mapas, verifica-se que, no mês de setembro existe, na generalidade, uma estabilização dos níveis piezométricos relativamente ao mês anterior.

Assim, atendendo aos dados disponíveis no mês de setembro de 2018 constata-se que, os níveis piezométricos registados nos 274 pontos observados em 44 massas de água subterrânea apresentam-se, na generalidade, superiores às médias mensais.

Nas massas de água O18 - MACEIRA, O23 - PAÇO, INDIFERENCIADO DA BACIA DO TEJO-SADO, MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO SUL, A11 - ELVAS - CAMPO MAIOR, O10 - LEIROSA - MONTE REAL, M14 - MALHÃO, A10 - MOURA - FICALHO e O28 - PISÕES - ATROZELA os níveis piezométricos encontram-se significativamente inferiores aos valores médios mensais.

Tendo em conta que, o mês de setembro corresponde ao final do ano hidrológico e do período de estiagem, é expectável que os níveis se encontrem mais baixos, pelo que, importa analisar a situação dos níveis piezométricos, funcionando como indicador para o próximo ano hidrológico 2018-2019. Verifica-se assim, que a precipitação ocorrida no ano hidrológico 2017-2018, permitiu a recuperação significativa dos níveis de água subterrânea, na quase totalidade das massas de água. Contudo, persistem ainda pontualmente algumas massas de água com níveis baixos.

Neste contexto, face à evolução dos níveis piezométricos a nível nacional, considera-se que não existem massas de água em situação crítica. No entanto, há duas massas de água - MA Moura-Ficalho (bacia do Guadiana) e MA Campina de Faro/Subsistema Vale de Lobo (bacia das Ribeiras do Algarve) - que merecem especial atenção, pois desde o início do período de seca que registam níveis muito baixos e continuam sem recuperar.

5. Reservas de Água nas Albufeiras de Aproveitamento Hidroagrícola

Os armazenamentos registados nas albufeiras no final de setembro (28/09/2018), monitorizados pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), estão indicados na Tabela 3. Nesta Tabela apresentam-se, também, as tendências evolutivas dos armazenamentos, em relação ao final do mês anterior, e as previsões para a campanha de rega (<http://sir.dgadr.gov.pt/reservas>).

Entre as 44 albufeiras avaliadas pela DGADR, que suportam o boletim das albufeiras do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR), 31 estão, igualmente, incluídas na avaliação disponibilizada no portal do SNIRH (APA). As albufeiras monitorizadas e avaliadas pela DGADR, que incluem empreendimentos de fins múltiplos e equiparados, estão indicadas e localizadas na Figura 24.

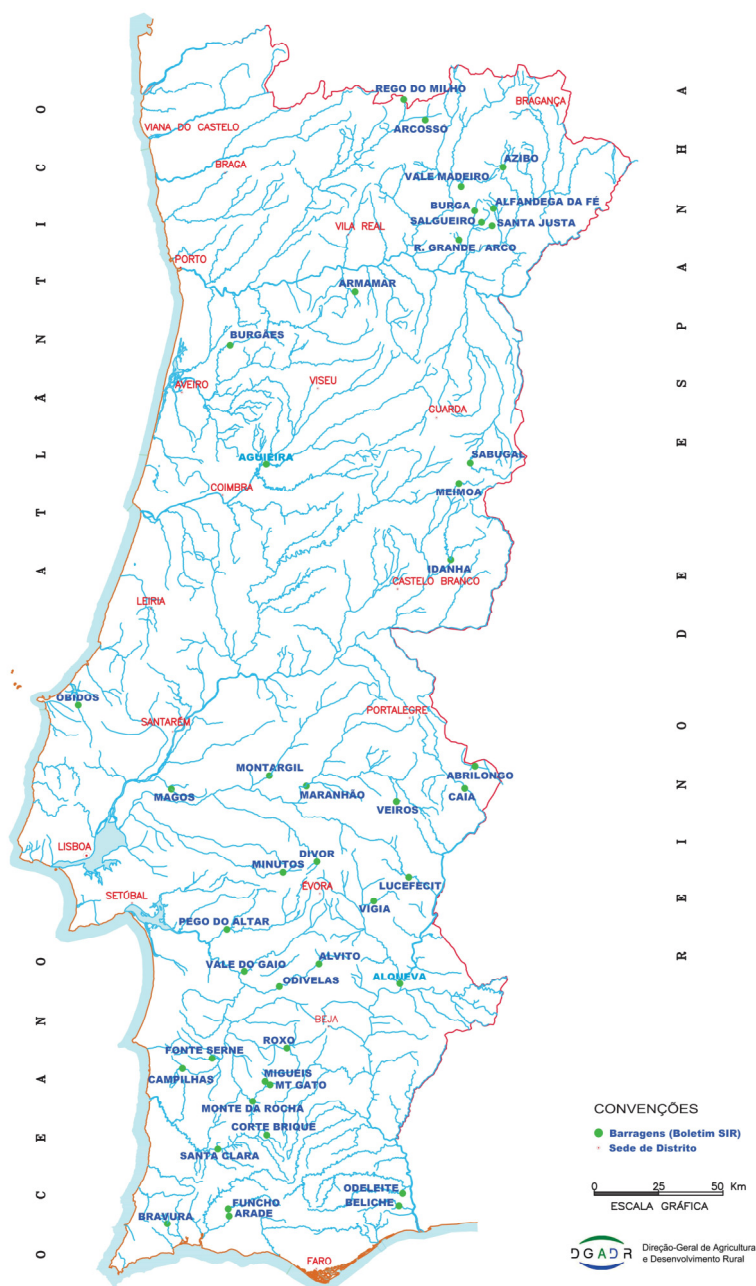


FIGURA 24 – LOCALIZAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS MONITORIZADOS PELA DGADR (FONTE: DGADR).

Neste mês verificou-se uma tendência generalizada de descida dos níveis de armazenamento das albufeiras, relacionada fundamentalmente com as maiores perdas por evaporação, próprias da época do ano, e com a campanha de rega. Esta provoca uma descida das reservas hídricas significativa devido às maiores necessidades de água das culturas face às condições climáticas observadas (temperaturas altas e humidades relativas baixas, conduzindo a maiores valores de evapotranspiração) e ao seu estado fenológico.

A norte de Portugal (que inclui a bacia hidrográfica do Tejo), as albufeiras tiveram uma variação da sua capacidade total entre -2 % (Salgueiro e Veiros) e -13 % (Vale Madeiro). A sul de Portugal existe uma variação compreendida entre -1 % (Funcho e Alqueva) e -17 % (Corte Brique). No final do mês, 19 % das albufeiras hidroagrícolas tinham armazenamentos inferiores a 40 % da sua capacidade total (Figura 25), valor inferior à situação normal (33 %), caracterizada pelo período 2010/11 a 2016/17.

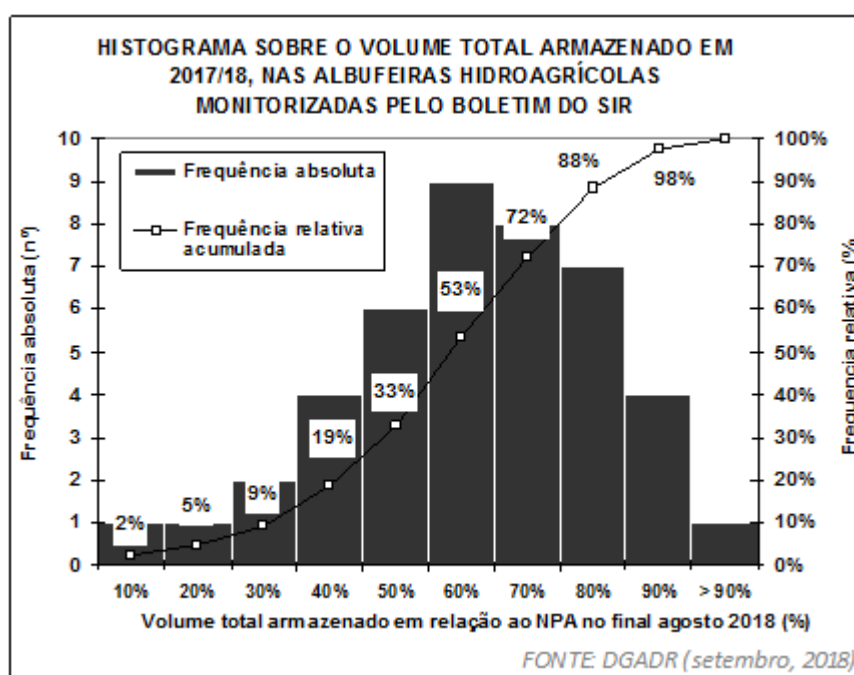


FIGURA 25- HISTOGRAMA DO VOLUME TOTAL ARMazenADO NAS ALBUFEIRAS DOS APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS EM SETEMBRO DE 2018 (Fonte: DGADR).

Com a exceção do EFMA e da albufeira da Agueira (sem gestão direta dos agricultores), entre os aproveitamentos analisados, a albufeira de Santa Clara, na bacia hidrográfica do rio Mira, é aquela que apresenta maior volume armazenado (295,69 hm³), que corresponde a 61 % da sua capacidade de armazenamento total e a 21 % do volume útil (50,99 hm³), suficiente para assegurar em pleno, até ao final do ano, o conjunto das utilizações associadas a esta albufeira (rega, abastecimento público, industrial e turístico).

Os restantes aproveitamentos hidroagrícola associados a origens de água para abastecimento público têm, também, reservas de água suficientes para assegurar este uso prioritário. Nas albufeiras analisadas não existem volumes armazenados no final deste mês inferiores aos volumes registados após final do ano hidrológico 2016/17 e da última campanha de rega de 2017 (Figura 26).

Os armazenamentos totais das albufeiras no final de Setembro de 2018 são, normalmente, superiores ao valor médio de cada albufeira excepto, Estevainha, Divor, Minutos, Campilhas e Fonte Serve, Monte Gato e Monte da Rocha, Roxo, Corte Brique e Santa Clara, Caia, Vigia e Bravura. Assim, os aproveitamentos hidroagrícolas localizados essencialmente a sul do rio Tejo são aqueles que hidrologicamente estarão mais vulneráveis, caso ocorra nesta região um ano de 2018/19 com afluências naturais inferiores às médias.

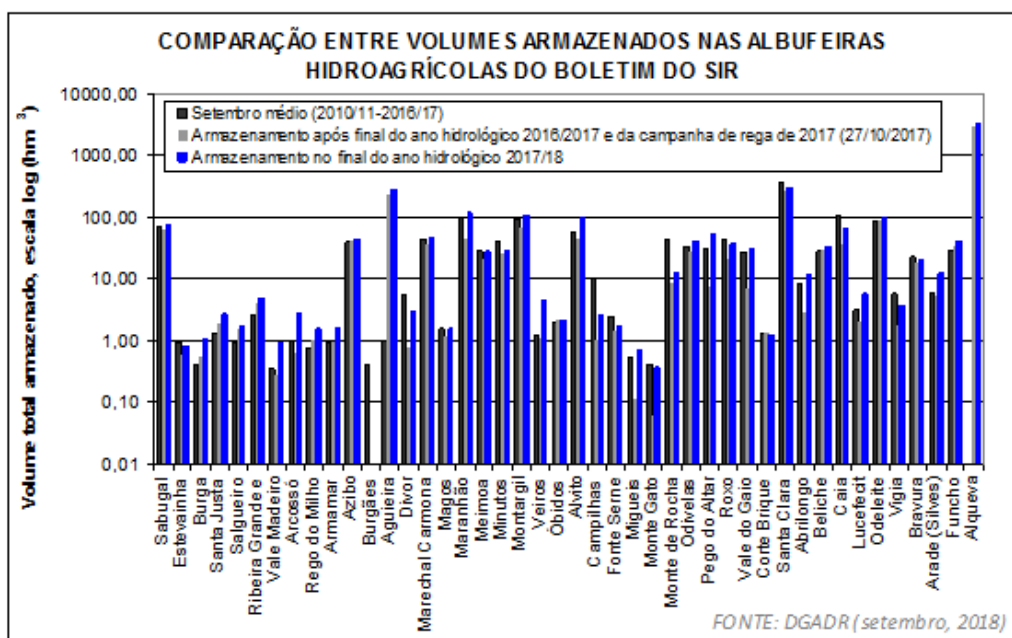


FIGURA 26 – COMPARAÇÃO ENTRE VOLUMES ARMAZENADOS NAS ALBUFEIRAS HIDROAGRÍCOLAS NO FINAL DO ANO HIDROLÓGICO 2017/18 E DUAS ESTATÍSTICAS (FINAL DA CAMPANHA DE REGA DE 2017 E VALOR MÉDIO DE ARMAZENAMENTO).

As situações com maior escassez de água face às normais necessidades de rega da campanha de rega situaram-se na bacia hidrográfica do rio Sado. Neste mês não existem albufeiras com reservas de água esgotadas e as albufeiras com algumas restrições à utilização de água para rega (campanhas asseguradas entre 39 % e 58 %) são Fonte Serne e Campilhas (bacia do rio Sado).

As associações de regantes estão cientes sobre a importância de promoverem entre os agricultores um planeamento e uma gestão adequada, de modo a assegurar as necessidades de água mínimas da atividade agrícola, da agropecuária e do abastecimento público, uso prioritário caso este esteja consignado.

As evoluções semanais percentuais dos volumes armazenados úteis nas albufeiras estão representadas na Figura 27. Nesta Figura as albufeiras estão organizadas em quatro agrupamentos de bacias hidrográficas: a) Douro e Vouga; b) Mondego, Tejo e Arnoia; c) Sado e Mira; d) Guadiana e ribeiras do Algarve. A evolução temporal destes armazenamentos evidencia a diminuição progressiva das reservas hídricas iniciada, geralmente, no final de abril de 2018, sendo exetável a continuação desta evolução, uma vez que a campanha de rega não terminou e poderá não existir, ainda, no próximo mês afluências significativas às albufeiras.

Independentemente dos volumes úteis atualmente disponíveis, será sempre necessário realizar uma gestão criteriosa dos recursos hídricos (bem escasso e finito), sendo o desafio mais exigente nos aproveitamentos com mais do que uma utilização principal. Neste contexto, estão aos aproveitamentos do Azibo, Cova da Beira, Caia, Vigia, Roxo, Campilhas e Alto Sado, Mira, Odeleite-Beliche, bem como os aproveitamentos hidráulicos do EFMA e da Aguieira.

TABELA 3 - ARMAZENAMENTOS NAS ALBUFEIRAS NO FINAL DE SETEMBRO, TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS E PREVISÕES PARA A CAMPANHA

Reservas hídricas nas albufeiras hidroagrícolas (28/09/2018)						Campanha de rega							OBS	
Albufeira	Bacia Hidrográfica	Cota do plano de água (m)	Volume total armazenado (hm ³)	(%)	cota do mês anterior (m)	Evolução face ao mês anterior	Aproveitamento hidroagrícola	Necessidade da campanha normal (hm ³)	Volume útil na albufeira (hm ³)	Estado de realização da campanha de rega	Volume consumido e percentagem executada na camp. (valor acumulado) (hm ³)	(%)		Previsão para a execução final da campanha de 2018
Sabugal	Douro	783,17	75,65	66%	784,97	↓	Cova da Beira	50,00	71,75	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	25,09	50%	camp rega normal	● 100 %
Estevainha	Douro	622,10	0,79	49%	622,70	↓	Alfandega da Fé	1,00	0,49	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,38	38%	camp assegurada em	● 87 %
Burga	Douro	325,60	1,03	67%	326,50	↓	Vale da Vilarça	1,20	0,93	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,43	36%	camp rega normal	● 100 %
Santa Justa	Douro	256,20	2,74	79%	256,90	↓	Vale da Vilarça	1,90	1,99	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,56	30%	camp rega normal	● 100 %
Salgueiro	Douro	221,45	1,70	94%	221,55	↓	Vale da Vilarça	0,30	1,55	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,01	2%	camp rega normal	● 100 %
Ribeira Grande e Arco	Douro	184,90	4,82	81%	185,50	↓	Vale da Vilarça	1,90	3,18	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,84	44%	camp rega normal	● 100 %
Vale Madeiro	Douro	286,60	0,92	61%	288,10	↓	Vale Madeiro	0,90	0,83	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,51	57%	camp rega normal	● 100 %
Arcossó	Douro	530,40	2,73	56%	532,50	↓	Veiga de Chaves	3,30	2,52	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	1,61	49%	camp rega normal	● 100 %
Rego do Milho	Douro	452,85	1,51	79%	453,22	↓	Rego do Milho	0,50	1,42	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,29	58%	camp rega normal	● 100 %
Armamar	Douro	749,40	1,65	57%	750,50	↓	Temilobos	1,20	1,57	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,51	42%	camp rega normal	● 100 %
Azibo	Douro	599,35	44,39	81%	599,73	↓	Macedo de Cavaleiros	4,00	36,59	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	4,81	120%	camp rega normal	● 100 %
Burgães	Vouga				0,00		Burgães							sem elementos
Aguieira	Mondego	116,11	277,08	65%	118,68	↓	Baixo Mondego	114,00	70,08	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	134,91	118%	camp rega normal	● 100 %
Divor	Tejo	256,00	3,00	25%	256,57	↓	Divor	2,70	2,99	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	2,24	83%	camp rega normal	● 100 %
Marechal Carmona	Tejo	250,21	47,65	61%	251,29	↓	Idanha	40,00	46,85	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	22,41	56%	camp rega normal	● 100 %
Magos	Tejo	14,36	1,57	46%	14,85	↓	Magos	2,50	1,18	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	1,67	67%	camp rega normal	● 100 %
Maranhão	Tejo	124,36	120,95	59%	125,73	↓	Vale do Sarraia	100,00	96,45	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	75,99	76%	camp rega normal	● 100 %
Meimosa	Tejo	563,60	28,36	73%	564,38	↓	Cova da Beira	15,00	16,36	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	7,75	52%	camp rega normal	● 100 %
Minutos	Tejo	258,27	28,09	54%	258,76	↓	Minutos	10,00	25,99	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	4,44	44%	camp rega normal	● 100 %
Montargil	Tejo	75,91	106,47	65%	76,98	↓	Vale do Sorraia	60,00	84,87	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	51,17	85%	camp rega normal	● 100 %
Veiros	Tejo	263,29	4,49	44%	263,68	↓	Veiros	2,50	3,38	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	1,31	53%	camp rega normal	● 100 %
Óbidos	Arnoia	27,40	2,13	30%	27,40	↔	Óbidos		0,83					

Reservas hídricas nas albufeiras hidrográficas (28/09/2018)						Campanha de rega						OBS	
Albufeira	Bacia Hidrográfica	Cota do plano de água (m)	Volume total armazenado (hm ³) (%)	cota do mês anterior (m)	Evolução face ao mês anterior	Aproveitamento hidrográfica	Necessidade da campanha normal (hm ³)	Volume útil na albufeira (hm ³)	Estado de realização da campanha de rega	Volume consumido e percentagem executada na camp. (valor acumulado) (hm ³) (%)	Previsão para a execução final da campanha de 2018		*Níveis de contingência
Alvito	Sado	194,66	98,77 75%	195,65	↓	-		96,27					
Campilhas	Sado	95,45	2,50 9%	97,41	↓	Campilhas e Alto Sado	15,00	1,50	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	7,24 48%	camp assegurada em	58 %	
Fonte Seme	Sado	73,92	1,71 33%	74,21	↓	Campilhas e Alto Sado	2,00	0,21	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,56 28%	camp assegurada em	39 %	
Migueis	Sado	155,19	0,71 76%	155,34	↓	Campilhas e Alto Sado	0,80	0,60	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,18 22%	camp assegurada em	97 %	
Monte Gato	Sado	178,00	0,38 58%	178,15	↓	Campilhas e Alto Sado	0,60	0,32	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,20 34%	camp assegurada em	88 %	
Monte de Rocha	Sado	119,68	12,46 12%	121,59	↓	Campilhas e Alto Sado	25,00	7,46	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	13,36 53%	camp assegurada em	83 %	
Odivelas	Sado	95,26	41,63 43%	96,49	↓	Odivelas	44,00	15,63	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	24,09 55%	camp assegurada em	90 %	
Pego do Altar	Sado	46,52	51,91 55%	47,75	↓	Vale do Sado	50,00	51,51	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	32,55 65%	camp rega normal	100 %	
Roxo	Sado	130,18	37,29 39%	130,80	↓	Roxo	30,00	30,49	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	16,86 56%	camp rega normal	100 %	
Vale do Gaio	Sado	33,22	29,70 47%	34,16	↓	Vale do Sado	35,00	21,70	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	20,58 59%	camp rega normal	100 %	
Corte Brique	Mira	131,99	1,21 74%	133,73	↓	Mira	1,00	1,04	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	0,34 34%	camp rega normal	100 %	
Santa Clara	Mira	118,65	295,69 61%	119,30	↓	Mira	70,00	50,99	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	20,48 29%	camp rega normal	100 %	
Abrilongo	Guadiana	248,60	11,60 58%	249,00	↓	Abrilongo		10,60					
Beliche	Guadiana	46,56	32,92 69%	47,49	↓	Sotavento Algarvio	19,00	32,52	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	3,41 18%	camp rega normal	100 %	
Caia	Guadiana	222,88	65,18 32%	223,75	↓	Caia	40,00	54,48	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	23,60 59%	camp rega normal	100 %	
Lucefecit	Guadiana	178,88	5,68 56%	179,48	↓	Lucefecit	5,00	5,08	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	4,19 84%	camp rega normal	100 %	
Odeleite	Guadiana	46,60	98,98 76%	47,53	↓	Sotavento Algarvio	35,00	85,98	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	6,08 17%	camp rega normal	100 %	
Vigia	Guadiana	215,79	3,68 22%	216,99	↓	Vigia	7,50	2,53	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	4,02 54%	camp assegurada em	87 %	
Bravura	Odeáxere	78,14	20,50 59%	78,89	↓	Alvor	2,00	17,93	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	3,58 179%	camp rega normal	100 %	
Arade (Silves)	Arade	49,82	12,32 43%	51,67	↓	Silves Lagoa e Portimão	15,00	10,68	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	9,50 63%	camp rega normal	100 %	
Funcho	Arade	94,19	41,53 87%	94,30	↓	Silves Lagoa e Portimão		36,56					
Alqueva	Guadiana	148,28	3 389,96 82%	148,59	↓	EFMA	163,10	2389,96	Campanha de rega com as seguintes estatísticas de execução:	203,75 125%	camp rega normal	100 %	EDIA/ EEP/ DGADR

*Níveis de contingência:

Nível 0	Défice hídrico agrícola reduzido ou inexistente.	Superior ou igual a 80 %	●
Nível 1	Défice hídrico agrícola pouco significativo.	Entre 80 % e 60 %	●
Nível 2	Défice hídrico agrícola significativo (restrições).	Entre 60 % e 30 %	●
Nível 3	Défice hídrico agrícola relevante (esgotamento).	Inferior a 30 %	●

Observações complementares:

a) Perdas por evaporação baseadas em observações evapométricas específicas (Anuários dos Serviços Hidráulicos, DGRAH, 1979).

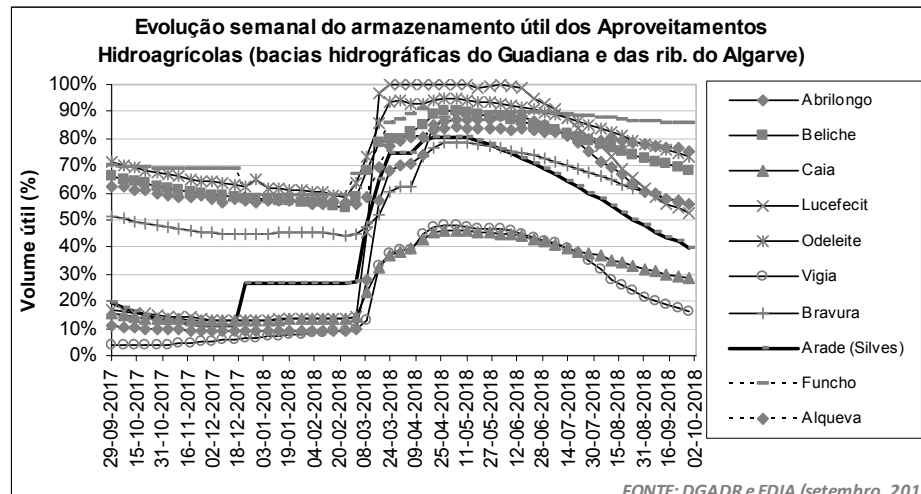
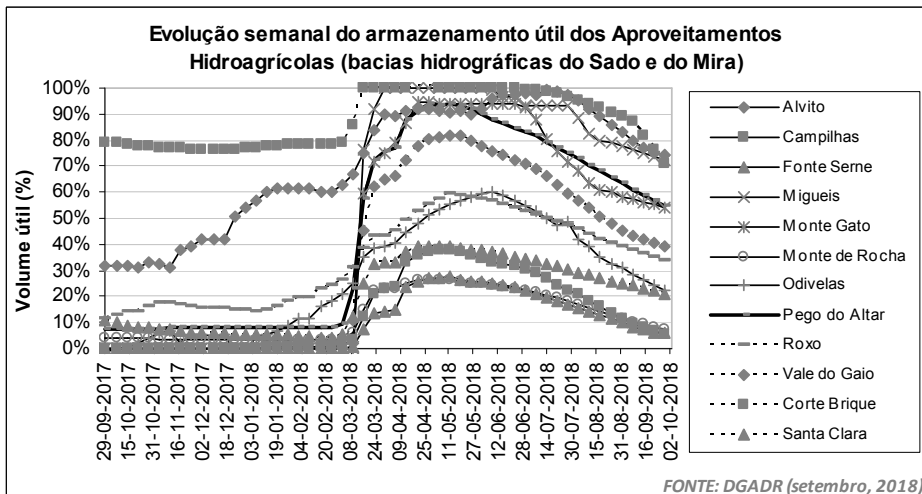
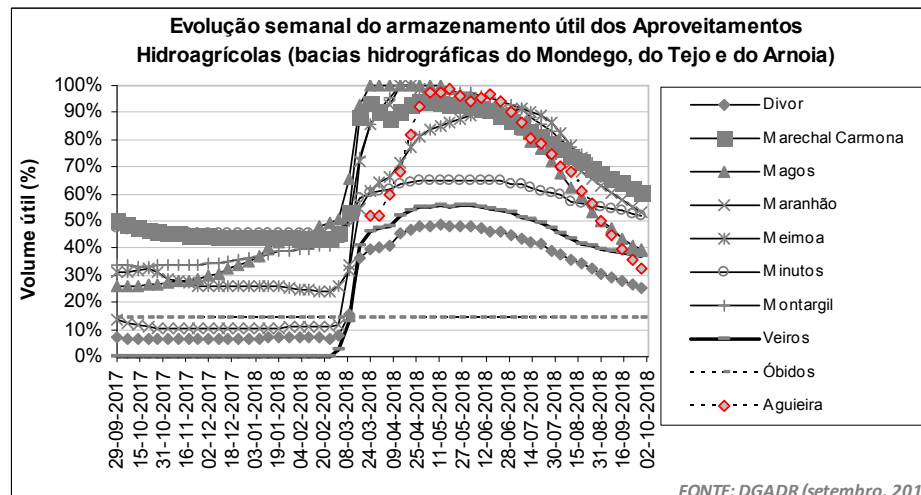
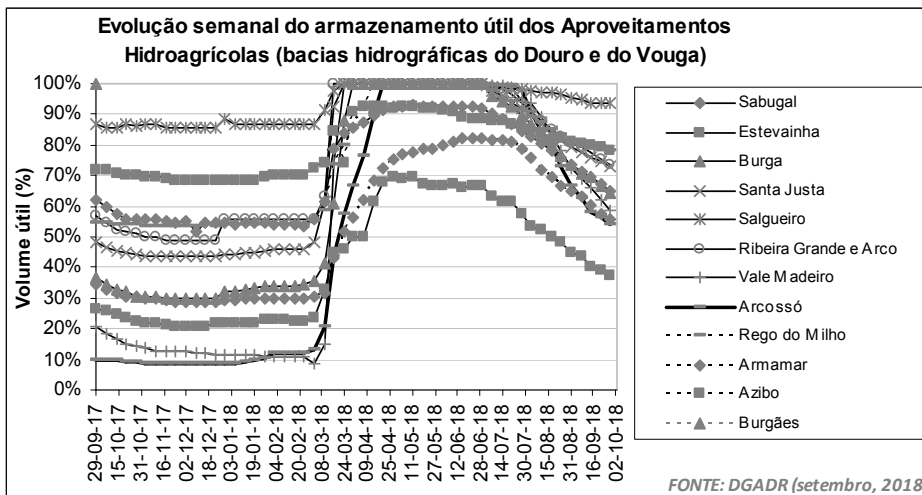
b) O algoritmo de previsão e as necessidades da campanha foram atualizados no final de abril 2018.

c) Recomenda-se abrir o ficheiro com Excel 2010 ou 2013.

Copyright 2018 DGADR

Fonte: DGADR, no Sistema de Informação do Regadio em <http://sir.dgadr.gov.pt/reservas> (SIR, 2018)

FIGURA 27 - EVOLUÇÃO SEMANAL PERCENTUAL DOS VOLUMES ARMazenADOS ÚTEIS DOS APROVEITAMENTOS HIDROGRÁFICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOURO E VOUGA, MONDEGO, TEJO E ARNOIA, SADO E MIRA, GUADIANA E RIBEIRAS DO ALGARVE.



Síntese do ponto de situação das albufeiras do grupo IV monitorizadas pelas DRAP Norte e Centro

O início do ano hidrológico 2017/18 caracterizou-se pela baixa disponibilidade de água nas albufeiras. No entanto, mais tarde, no segundo trimestre de 2018, ocorreu uma recuperação dos armazenamentos hídricos que se manteve até ao final do ano hidrológico.

A disponibilidade de água nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas do grupo IV monitorizadas pela DRAP Norte e pela DRAP Centro apresentavam-se bastante reduzidas em setembro de 2017, mas no final deste ano hidrológico encontram-se em níveis superiores.

Na Tabela 4 apresenta-se o ponto de situação das albufeiras do Grupo IV dos perímetros hidroagrícolas monitorizadas pela DRAPN.

TABELA 4 – DISPONIBILIDADE DE ÁGUA NAS ALBUFEIRAS DOS APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS DO GRUPO IV MONITORIZADOS PELA DRAPN A 28 DE SETEMBRO DE 2018 (FONTE: DRAPN).

Concelho	Albufeira	Cota atual	Armazenamento total				Armazenamento útil		
			Atual (hm ³)	Leitura a 28 de setembro (hm ³)	Varição (hm ³)	% ao NPA	Volume útil armazenado (hm ³)	% ao NPA	
Alfândega da Fé	Camba	619,10	0,960	1,01	↓	-0,050	63,2	0,93	62,4
Bragança	Gostei	752,80	0,740	0,76	↓	-0,020	53,6	0,73	53,3
Vinhais	Prada	928,80	0,140	0,15	↓	-0,010	56,0	0,13	53,4
Chaves	Curalha	403,99	0,620	0,64	↓	-0,020	78,5	0,61	78,2
	Mairos	797,67	0,230	0,24	↓	-0,010	62,2	0,22	61,2

Na Tabela 5, indica-se a percentagem de água disponível relativamente à capacidade total das albufeiras do Grupo IV dos perímetros hidroagrícolas monitorizadas pela DRAPC.

TABELA 5 - DISPONIBILIDADE DE ÁGUA NAS ALBUFEIRAS DOS APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS TIPO IV (30 DE SETEMBRO DE 2018) (FONTE: DRAP CENTRO).

Concelho	Albufeira	% em relação à capacidade total
Anadia	Porcão	97%
Castelo Branco	Magueija	100%
Figueira de Castelo Rodrigo	Vermiosa	69%
Mortágua	Macieira	95%
Oliveira de Frades	Pereiras	52%
Pinhel/Trancoso	Bouça-Cova	72%
Sabugal	Alfaiates	48%
Vila Velha de Ródão	Açafal	53%
Vila Velha de Ródão	Coutada/Tamujaís	61%
Viseu	Calde	87%

As disponibilidades de água para rega mantêm-se em níveis razoáveis na maioria das albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas na DRAP Centro - Grupo IV.

Nas pequenas charcas e barragens nas explorações, a situação é heterogénea:

- Nas zonas do interior mais secas do interior: 15% a 50%;
- Nas zonas calcárias do Pinhal: 15%;
- Nas restantes zonas: 40 a 60%.

6. Agricultura e Pecuária em 30 de Setembro de 2018

Neste capítulo apresenta-se a evolução das atividades agrícolas no final de setembro, em termos qualitativos, com indicação também de alguns valores das variações de área semeada, de produtividade e de produção.

Cereais de outono/inverno:

- No Norte, as operações de colheita e debulha dos cereais encontravam-se concluídas. Em Entre o Douro e Minho, as estimativas apontavam para uma produtividade semelhante à do ano anterior, muito embora seja expectável uma quebra na produção global devido à redução de área semeada. Em Trás-os-Montes, apesar da diminuição das áreas, estimavam-se produções superiores às da campanha anterior. De um modo geral, o grão apresentava bom calibre e boa qualidade;
- No Centro a colheita dos cereais de outono/inverno encontrava-se terminada. No Baixo Vouga, verificavam-se quebras de produção, devido essencialmente às baixas temperaturas registadas durante o mês de junho, que inibiram o normal desenvolvimento do grão, o que levou a que muitos produtores tivessem optado por desviar a produção para feno. Nas restantes zonas as colheitas vieram confirmar as previsões de boa produção e de boa qualidade do grão;
- Em Lisboa e Vale do Tejo, a ceifa e a debulha dos cereais de outono/ inverno ficou concluída. Algumas searas apresentaram muitas infestantes, mas a maioria conseguiu produtividades e qualidade de grão superiores às da campanha antecedente;
- No Alentejo, a colheita dos cereais (trigo mole, cevada, triticales e aveia) ficou acabada. De uma forma global, as produtividades médias obtidas são superiores às registadas no ano anterior, com especial destaque para a área geográfica do Norte Alentejano e do Baixo Alentejo;
- No Algarve, já foi efetuada a ceifa e a debulha de todos os cereais de outono-inverno, estimando-se produtividades um pouco superiores às do ano precedente.

Prados, pastagens permanentes e forragens:

- No litoral Norte, o clima quente e seco agravou o estado das pastagens e culturas pratenses, principalmente das não regadas. O ano foi adverso para a produção do milho forrageiro em sequeiro, mas favorável ao milho de regadio, confirmando-se rendimentos superiores aos verificados na campanha anterior. Em Trás-os-Montes, estimavam-se aumentos nas produções das culturas forrageiras e pratenses (semeadas e naturais melhoradas) relativamente ao ano anterior. No entanto, sempre que os animais não tiveram acesso a pastagens com disponibilidade de alimento, em quantidade e qualidade suficientes, houve que utilizar o pastoreio direto em áreas de forrageiras em crescimento. Também se recorreu a palhas, a forragens e a grãos já armazenados na exploração e o consumo de concentrados foi normal;
- No Centro, as operações de corte e fenação das culturas forrageiras encontravam-se concluídas. De um modo geral, o efeito conjugado das temperaturas elevadas e da pouca humidade resultou numa redução da disponibilidade de forragens e pastagens de sequeiro. No litoral, a alimentação dos bovinos de leite foi feita com silagem, complementada com fenos e alimentos compostos elaborados nas próprias explorações ou industriais. No caso dos pequenos ruminantes, foi possível o pastoreio direto, reforçando-se a sua alimentação com feno à manjedoura. Apenas nas zonas de transição, houve necessidade de aumentar o nível de suplementação com rações industriais, uma vez que, as elevadas temperaturas associadas à pouca humidade tiveram como efeito uma redução da disponibilidade de forragens e pastagens de sequeiro;

- Em Lisboa e Vale do Tejo, a disponibilidade de alimento nos prados e nas pastagens de sequeiro foi escassa, apenas as forragens e os prados de regadio continuam a fornecer alimento aos efetivos em pastoreio. De um modo geral, os animais em regime extensivo foram suplementados com palhas e forragens conservadas em quantidades consideradas normais para a época. Os cortes para produção de silagem milho continuaram a decorrer, estimando-se uma quebra de produtividade relativamente ao ano anterior;
- No Alentejo, os prados e pastagens de sequeiro estavam completamente secos, o que é normal para a época, enquanto as culturas forrageiras de regadio encontravam-se na generalidade com bom desenvolvimento vegetativo. As pastagens naturais, os agostadouros e palhas dos cereais já não satisfizeram plenamente as necessidades dos efetivos, sendo necessário o contributo de fenos e silagens na alimentação dos animais. Em algumas explorações, com um grau de intensificação superior, houve necessidade de recorrer a rações;
- No Algarve, as áreas de restolho dos cereais praganosos, asseguraram satisfatoriamente as disponibilidades forrageiras necessárias para a alimentação dos efetivos pecuários. O material enfardado e armazenado ainda não começou a ser utilizado pelos animais. O consumo de rações industriais foi reduzido.

Culturas de primavera-verão:

- Em Entre Douro e Minho, as colheitas de milho de sequeiro estavam a decorrer em bom ritmo. Foram confirmadas as previsões de que os milhos de sequeiro semeados cedo teriam boas produções, por terem crescido sob condições climáticas favoráveis, ao contrário das sementeiras mais tardias, que foram apanhadas em pleno crescimento por tempo muito quente, o que afetou claramente a formação da espiga. No regadio, as condições climáticas potenciaram a formação de boas espigas. Nesta região as condições climáticas prejudicaram a produção e qualidade da batata (tubérculos com fraco poder de conservação, bastante coração oco e podridão), estimando-se uma quebra relativamente à campanha anterior devida ao míldio e morte por asfixia radicular. Em Trás-os-Montes, teve início a colheita da batata de regadio. Em algumas zonas surgiram menos batatas por planta, mas com bom calibres e de qualidade, enquanto noutras zonas os calibres são menores. Face a esta heterogeneidade as estimativas apontam para uma ligeira diminuição da produção global, comparativamente ao ano anterior.
- No Centro, já se iniciou a colheita do arroz, mas de forma muito residual devido à heterogeneidade de maturação das searas. As previsões apontam para uma ligeira quebra face ao ano anterior, atribuída à periculária e a infestantes (milhã e arroz-bravo) difíceis de controlar, tanto pela sementeira tardia como pelas temperaturas baixas que diminuíram a atuação dos herbicidas. As colheitas de milho encontravam-se em curso nas zonas do litoral, esperando-se padrões qualitativos e quantitativos semelhantes aos do ano anterior. Nas restantes zonas, as colheitas ainda não tiveram início, encontrando-se o milho no estado de grão vítreo, com espigas não totalmente preenchidas. Estimavam-se produtividades idênticas às da última campanha. As colheitas de batata de sequeiro já se encontravam concluídas, com produções e qualidade heterogéneas (boa produtividade e qualidade excecional na Beira Serra vs. quebra de produção e qualidade inferior no Baixo Vouga). Ainda decorriam em muitas zonas as colheitas da batata de regadio, com produtividade média e qualidade semelhantes ao que foi conseguido no ano anterior, apesar dos ataques de míldio provocados pela abundante pluviosidade ocorrida no início da campanha.
- Em Lisboa e Vale do Tejo, terminou a colheita do milho de sequeiro, com acréscimo da produção global atribuída sobretudo ao aumento de área semeada face à campanha precedente. O milho de regadio estava em fase final de maturação, apresentando teores de humidade relativamente elevados, pelo que a colheita praticamente ainda não se tinha iniciado (os produtores estavam a atrasar a colheita para diminuir os custos de secagem). As searas ostentavam um bom desenvolvimento e número regular de maçarocas. A colheita do arroz estava atrasada. As searas apresentavam

povoamentos regulares e sem problemas fitossanitários, sendo no entanto referida a presença de infestantes em algumas searas. Para o girassol mantêm-se as perspectivas de acréscimo de produtividade relativamente ao ano anterior, no entanto, devido à diminuição de área semeada, as estimativas apontavam para uma diminuição da produção global da Região. A apanha do tomate para indústria estava praticamente concluída. A produção entregue nas unidades transformadoras apresentou significativa melhoria em termos de cor e grau BRIX (superior a 5). Relativamente à produção total da Região, as estimativas apontam para uma quebra relativamente ao ano anterior, atribuída sobretudo à redução de área cultivada com esta cultura. A batata de sequeiro, que na Região apenas tem representatividade no Oeste, já foi colhida. A produtividade foi semelhante à do ano anterior e a sua qualidade é boa. A colheita da batata de regadio também já terminou, tendo-se registado uma quebra significativa da quantidade produzida relativamente à campanha anterior. As plantações de verão encontravam-se no terreno, apresentando povoamentos homogéneos, em bom estado sanitário e em adiantado estado de desenvolvimento vegetativo.

- No Alentejo, tinham-se iniciado as colheitas do milho e do arroz, mantendo-se a estimativa de uma produtividade normal. Verificou-se uma diminuição de área semeada de tomate para indústria. A batata de regadio apresentou rendimentos semelhantes aos do ano anterior, apesar da redução verificada na superfície semeada;
- No Algarve, os produtores de batata de sequeiro já terminaram a colheita, sendo as produtividades um pouco superiores às do ano anterior. Em regime de regadio, toda a área semeada com batata primor foi colhida, tendo-se observado um aumento das produtividades médias. Tinham sido iniciadas novas áreas de sementeira com colheita prevista para antes do final do ano. O milho de sequeiro encontrava-se colhido. As potencialidades produtivas são ligeiramente superiores quando comparadas com as do ano anterior. O milho de regadio apresentava bom desenvolvimento vegetativo, prevendo-se um ligeiro aumento de produtividade relativamente à campanha precedente. O arroz, apresentava um bom estado vegetativo. Pontualmente, as searas já começavam a amadurecer, mas, apesar do razoável tamanho dos bagos, a ceifa/debulha estava um pouco atrasada.

Culturas arbóreas e arbustivas (vinha, pomares e olival):

- Como foi referido no mês anterior, no Norte, os pomares de pomóideas e prunóideas foram bastante prejudicados pelas condições climáticas verificadas, quer durante a floração, quer durante a frutificação (queda de granizo). Preveem-se quebras significativas na produção e na qualidade dos frutos. Relativamente à produção de kiwi, estima-se que este ano os frutos sejam de boa qualidade, bom calibre e quantidade semelhante à apresentada no ano anterior. De realçar, no entanto, o atraso verificado na sua maturação. No figo, as previsões apontavam para um ligeiro aumento da produção, apesar dos calibres nem sempre atingirem os níveis normais e terem ocorrido situações de escaldão. Para os citrinos de Entre Douro e Minho esperava-se uma pequena quebra na produção global, enquanto na zona interior eram espectáveis valores próximos dos obtidos no ano anterior. As nogueiras apresentavam frutos de calibre mais reduzido na condição de sequeiro e, naturalmente, mais desenvolvido em regadio. No geral, prevê-se um pequeno aumento na produtividade comparativamente ao ano anterior. Nas amendoeiras estava em curso a colheita, prevendo-se uma quebra na produção global devido às dificuldades sentidas durante a floração/vingamento. No entanto, é de salientar que os frutos que vingaram apresentavam-se bem formados, com bom calibre e com melhor qualidade que na campanha 2016/17. Os castanheiros apresentavam em alguns soutos um menor número de ouriços, o que juntamente com a progressiva infestação pela vespa das galhas do castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus*), poderá ser um fator limitante do potencial produtivo desta cultura. É provável uma quebra significativa na produção de avelã, devido ao mau tempo verificado durante a floração. Em Entre Douro e Minho as vindimas estavam muito atrasadas comparativamente com o verificado na campanha 2016/17. Em Trás-os-Montes, as quedas localizadas de granizo, as

condições favoráveis ao desenvolvimento de doenças criptogâmicas e os casos pontuais de “escaldão” faziam antever uma quebra de produção global de uva. As previsões apontavam para uma quebra na produtividade do olival, resultante das condições climatéricas ocorridas durante a polinização, esperando-se, no entanto, calibres superiores.

- Na maioria da região Centro, os pomares de pomóideas e de prunóideas encontravam-se na fase de colheita. Foram reportados estragos provocados pela vespa asiática nos frutos com maior grau de Brix. De um modo geral, ambos os gêneros apresentavam quebras de produção. As condições climatéricas retardaram a maturação da generalidade das variedades de pêssegos, pãvias e nectarinas, principalmente as precoces, o que contribuiu para que o início da apanha ocorresse com um atraso de cerca de três semanas em relação à campanha anterior. Os castanheiros encontravam-se no estado fenológico fruto em crescimento, esperando-se uma produtividade média inferior à da última campanha, devido aos ataques da vespa das galhas do castanheiro (*Dryocosus kuriphilus*). Os pomares de citrinos apresentavam desenvolvimento vegetativo dentro dos parâmetros normais, com abundância de frutos, esperando-se produção e qualidade idênticas às da última campanha. Na vinha, terminou a colheita das castas brancas nas zonas do litoral, tendo-se iniciado as vindimas das castas tintas mais precoces. Nas zonas de transição e do interior, a vinha encontrava-se no estado fenológico N - maturação - vindima em curso. Em termos gerais, as estimativas apontavam para uma redução quer da qualidade quer da quantidade, atribuída aos ataques de míldio e ao escaldão provocado pelos picos de calor verificados no início de agosto. Os olivais estavam em plena frutificação, tendo-se registado alguma queda dos frutos, devido às temperaturas elevadas para a época e à acentuada diminuição da humidade relativa do ar. De um modo geral, as expectativas apontam para uma redução da produção de azeitona. Na zona da Campina e Campo Albicastrense, a azeitona de mesa já começou a ser colhida, mas a um ritmo muito lento devido às elevadas temperaturas que se fizeram sentir.
- Em Lisboa e Vale do Tejo, verificaram-se quebras de produção nas pomóideas, relativamente ao ano anterior, sobretudo devido ao escaldão. Apesar da grande quantidade de frutos queimados, espera-se uma boa produção nas prunóideas, sobretudo de variedades de ameixas de ciclo médio e tardio. Os citrinos possuíam aspeto vegetativo e quantidade de frutos normal. Os olivais registaram um atraso no ciclo vegetativo de cerca de um mês. Em termos de produtividade estimava-se uma diminuição em relação ao ano passado. Nas vinhas para uva de mesa, continuou a decorrer a vindima das variedades Victoria, Red Globe e Palieri, tendo-se concluído a colheita da variedade Cardinal. As estimativas apontavam para uma quebra de produção face ao ano anterior. Em termos qualitativos, foram reportados problemas com *Ceratitis capitata*, alguma murchidão e queima de bagos pelo excesso de calor, o que aumentou o volume de mão-de-obra necessária à preparação da uva para a comercialização. A vindima de uva para vinho, embora atrasada relativamente ao normal, está a decorrer a bom ritmo. Em termos de qualidade as uvas apresentavam-se muito sãs, mas com teores de açúcar relativamente baixos, pelo que deverão resultar vinhos com menor teor alcoólico do que na campanha anterior. A produção em termos de quantidade deverá ser inferior à campanha anterior.
- No Alentejo, as vinhas encontravam-se na fase de “vindima “ esperando-se uma diminuição da produção devido às temperaturas anormalmente altas ocorridas, o que fez com que a planta deslocasse a água disponível dos bagos para as folhas. Este fenómeno, não afetou as vinhas de forma uniforme, dependendo da casta, da exposição e da idade da vinha. Os olivais de regadio apresentam um potencial produtivo dentro dos padrões normais para a época, mas os de sequeiro pautavam-se por uma grande heterogeneidade. O calibre da azeitona de mesa foi reduzido. De um modo

geral, as produtividades das pomóideas foram inferiores aos valores normais para a região, devido ao escaldão ocorrido no início de agosto.

- No Algarve, prevêem-se produtividades um pouco superiores às do ano transato nas cultivares de laranjas temporãs (Newhall). A quantidade de fruta existente nas árvores é grande, mas de calibre reduzido. Na cultivar V. Late, as previsões, embora prematuras, apontavam para um aumento da produtividade. No olival de regadio, já se iniciou a colheita da azeitona de mesa. As árvores apresentavam uma quantidade de frutos inferior à da campanha anterior, verificando-se também alguma heterogeneidade da produtividade (algumas oliveiras com muitos frutos e outras com poucos). No amendoal, o varejo e a colheita dos frutos já terminaram. Perspetivam-se produtividades um pouco superiores às do ano anterior. Nos alfarrobais, a colheita estava finalizada, com nível produtivo semelhante à campanha precedente e boa qualidade. O figueiral apresentava um bom desenvolvimento vegetativo, com frutos de bom calibre. As previsões apontam para um aumento de produção nos pomares de sequeiro e manutenção nos de regadio. A uva de mesa encontrava-se na fase final de colheita, perspetivando-se produtividades semelhantes ou um pouco superiores à de 2016/17. Na uva para vinho, as vindimas já se encontravam bastante avançadas. Os frutos apresentavam uma excelente qualidade. Apesar de ter havido escaldão nalgumas vinhas, as previsões apontam para um aumento da produção. Relativamente às pomóideas estimavam-se produtividades semelhantes às do ano anterior.

Abeberamento do gado:

- No Norte o abeberamento dos animais não constituía problema uma vez que, as barragens ainda tinham reservas significativas;
- No Centro os níveis de armazenamento nos reservatórios permitia realizar o abeberamento animal sem qualquer dificuldade;
- Em Lisboa e Vale do Tejo existia armazenamento de água suficiente para que o abeberamento de animais decorresse sem complicações;
- No Alentejo, as reservas hídricas das explorações (charcas e barragens particulares), encontravam-se, de uma forma geral acima do nível médio para esta época do ano. A qualidade da água encontrava-se em boas condições para abeberamento dos efetivos pecuários. As captações de água, nomeadamente furos e poços, permitiam satisfazer as necessidades. As disponibilidades hídricas das explorações eram suficientes para garantir o regadio das culturas de primavera/verão, motivo pelo qual se perspetivava um aumento de produtividade das mesmas comparativamente ao passado ano agrícola;
- No Algarve as barragens privadas, de pequena, média e grande dimensão, apresentavam um armazenamento de água suficiente para satisfazer as necessidades de abeberamento dos animais.

7. Síntese da campanha agrícola 2017/18

Embora a campanha agrícola não esteja ainda concluída para algumas culturas (milho de regadio, castanha, uva para vinho e azeitona), nem fechadas as estimativas de produção, neste balanço do ano hidrológico 2017/18 apresenta-se um resumo da evolução das culturas ao longo do seu ciclo vegetativo, completo para cereais de outono/inverno, prados e pastagens permanentes e algumas culturas temporárias de primavera verão, culturas arbóreas e arbustivas. Para as restantes a forma como progrediram até final de setembro e as estimativas de produção provisórias.

Cereais de outono /inverno – O início do ano hidrológico caracterizou-se por um baixo teor de água no solo, o que atrasou a preparação dos terrenos para as sementeiras. O arrastamento da situação, por ausência de alteração significativa das condições meteorológicas, conduziu à realização das sementeiras em períodos diferentes, o que fez com que as searas ficassem em estádios de desenvolvimento muito heterogéneos.

Foram realizadas adubações de cobertura em tempo oportuno, mas a ausência de precipitação eliminou o esperado impacto positivo no desenvolvimento das searas. Em março e abril, as temperaturas e a precipitação registadas produziram um efeito positivo no ciclo vegetativo dos cereais, mas permitiram também o desenvolvimento de infestantes, o que em alguns casos provocou o desvio das searas para a produção de feno. No entanto, as colheitas, iniciadas em julho, com atraso face ao normal, demonstraram que na maioria dos casos foram conseguidas produtividades e qualidade de grão superiores às do ano antecedente.

Prados, pastagens permanentes e forragens - O tempo quente e seco do ano agrícola precedente condicionou a produção de matéria verde, sendo o aspeto geral das pastagens de sequeiro, em outubro, de carência hídrica extrema. A alimentação do efetivo pecuário era assegurada pelo recurso quase exclusivo a forragens conservadas e concentrados comerciais com o inerente acréscimo de custos. Apenas nas explorações com recurso ao regadio as espécies forrageiras anuais e os prados forneciam alimento aos ruminantes em pastoreio.

Em janeiro, no Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo, apesar da inibição de crescimento provocada pelas baixas temperaturas, foram efetuados os primeiros cortes nas forrageiras e o pastoreio decorria com restrições. No Alentejo, as condições climatéricas deste mês (frio e precipitação escassa) agravaram o atraso no ciclo vegetativo das pastagens e forragens semeadas e naturais. No Algarve, a precipitação ocorrida permitiu uma razoável germinação das pastagens de sequeiro, bem como o início do seu crescimento. As temperaturas frias que se fizeram sentir em fevereiro, inibiram o desenvolvimento das plantas, pelo que o consumo dos alimentos grosseiros armazenados/comprados nas explorações e de concentrados se mantinha, com as consequentes dificuldades financeiras dos produtores e redução da taxa de fertilidade dos animais.

A partir de meados de abril, a disponibilidade de água no solo e as temperaturas relativamente amenas verificadas, constituíram condições muito favoráveis ao desenvolvimento dos prados e das pastagens, assim como das culturas forrageiras anuais. A disponibilidade de matéria verde passou a ser suficiente para suprir as necessidades alimentares dos efetivos pecuários, tendo-se reduzido os consumos de alimentos conservados e de rações industriais. Esta situação manteve-se até ao final da campanha.

Culturas de primavera-verão (milho grão, batata, arroz, tomate para indústria e girassol) - Os elevados teores de humidade do solo dificultaram e atrasaram as sementeiras. As germinações processaram-se normalmente, mas o desenvolvimento das plantas foi lento devido às baixas temperaturas registadas. A partir de junho assistiu-se a uma recuperação do seu estado vegetativo. Os elevados valores de humidade registados no mês de julho, provocaram ataques de míldio na batata e no

tomate para indústria. As previsões no final de setembro apontavam para uma ligeira redução das produções de batata, tomate para indústria e arroz, manutenção no caso do milho grão e aumento da produção global de girassol.

Culturas arbóreas e arbustivas (vinha, pomares e olival) – As culturas tradicionais de sequeiro, como o olival e os castanheiros, apresentavam no início do ano agrícola sinais evidentes de stress hídrico. Nos pomares de regadio houve necessidade de intensificar as regas. Alguns agricultores fizeram o transporte de água em cisternas e tambores, de maneira a efetuar regas paliativas nas plantações novas, mais suscetíveis de serem afetadas pelo baixo teor de humidade no solo.

O período de floração e vingamento dos frutos das espécies de folha caduca foram afetados pela precipitação e ventos fortes ocorridos em março e abril, quer por queda das flores, quer por dificuldade na polinização.

De um modo geral, as culturas apresentaram um atraso de cerca de 2 a 3 semanas no seu ciclo produtivo.

A chuva ocorrida tardiamente, por vezes sobre a forma de granizo, destruiu e retirou qualidade em parte da produção dos pomares das variedades precoces de pomóideas e prunóideas.

O calor excessivo ocorrido em agosto provocou escaldão dos frutos, o que acrescido às dificuldades sentidas na floração e no vingamento, resultou em quebras de produção/productividade de pomóideas, prunóideas, olival e vinhas, estas últimas afetadas também pela ocorrência de míldio, oídio e podridão cinzenta.

Abeberamento do gado – Em outubro de 2017, os produtores pecuários enfrentavam sérias dificuldades para proceder ao abeberamento dos seus efetivos. Foram reportados registos de falta de água nos reservatórios, obrigando os agricultores e outras entidades (bombeiros e o poder local) a proceder ao transporte da mesma para junto dos animais, com aumento significativo nos custos. Esta situação manteve-se até dezembro, altura em que a ocorrência de alguma precipitação veio repor ligeiramente os níveis de reservas hídricas das explorações. Apenas nos concelhos de Alcoutim e Castro Marim e no Planalto Mirandês se faziam sentir situações de carência de água e conseqüente dificuldade no abeberamento dos efetivos animais. A partir de março o abeberamento do gado passou a fazer-se normalmente.

8. Outras Informações

Neste capítulo do relatório de monitorização é incluída informação considerada relevante em função da situação de seca em presença, não enquadrável nos temas dos capítulos anteriores.

Disponibilidades hídricas

Os valores de precipitação observados durante a primavera permitiram uma recuperação significativa dos níveis armazenados nas albufeiras, sendo que para algumas que se localizam nas bacias do Sado e Guadiana apresentam ainda situações de alguma preocupação e necessidade de articulação dos usos existentes para garantia mínima dos mesmos. Ao nível das águas subterrâneas verificou-se uma recuperação muito significativa, apesar de que, como reserva estratégica que são, devem por isso ser geridos de forma sustentada.

A albufeira do Monte da Rocha, na Bacia do Sado e sem ligação ao Alqueva, os volumes armazenados estão ainda baixos, mas permitem garantir o abastecimento público nos próximos dois anos, no total de 3.000 dam³. Na Figura 28 é possível observar a comparação entre os volumes armazenados entre outubro 2017 e setembro 2018 e a média, calculada para o período 1990/2017, que ilustra bem a situação crítica referida. A albufeira apresenta uma percentagem de armazenamento total de 12%, sendo que em final de fevereiro era de 8%. Considerando que o volume morto é de 5 000 dam³ o volume útil disponível a 30 de setembro é de 7 150 dam³.

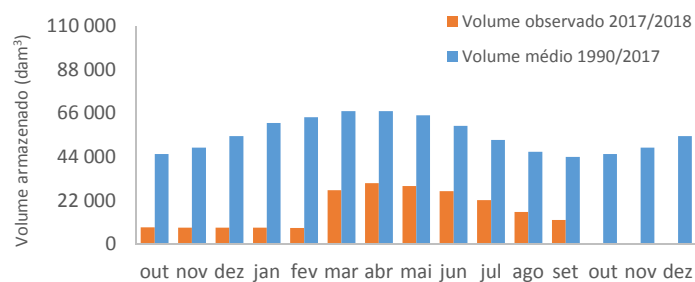


FIGURA 28 – COMPARAÇÃO ENTRE OS VOLUMES ARMAZENADOS ENTRE OUTUBRO 2017 E SETEMBRO 2018 E A MÉDIA CALCULADA PARA O PERÍODO 1990/2017 NA ALBUFEIRA DO MONTE DA ROCHA (FONTE: APA)

Na zona do aproveitamento hidroagrícola do Alto Sado, abastecida pela albufeira do Monte da Rocha, será importante aferir para além da rega de 200 ha de olival dependentes desta albufeira, localizados fora da zona abrangida pelo sistema de Alqueva, quais os volumes a utilizar para outras culturas.

Na Figura 29 ilustra-se a estimativa de variação dos volumes observados atendendo aos consumos existentes e tendo por base um cenário conservador, ou seja sem precipitação significativa.

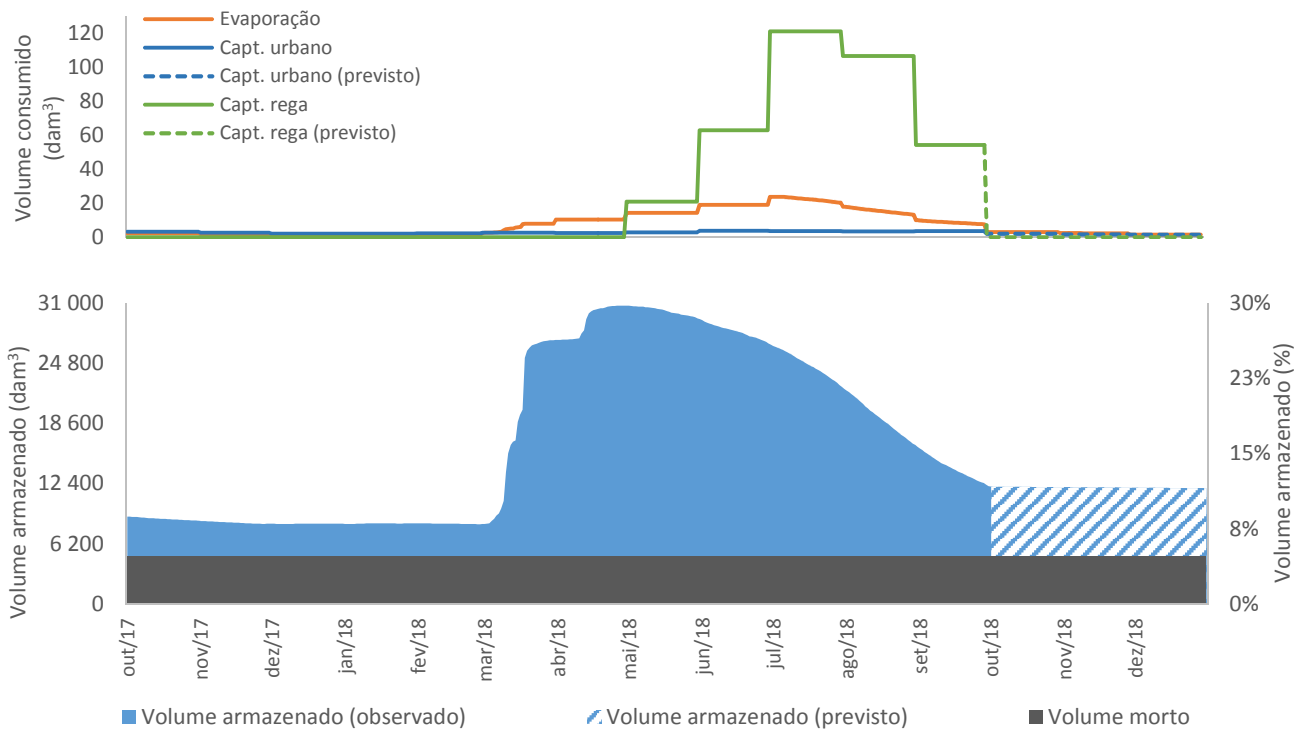


FIGURA 29 – EVOLUÇÃO PREVISTA DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA ALBUFEIRA DO MONTE DA ROCHA CONSIDERANDO A ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E EVAPORAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2018 (CENÁRIO SEM PRECIPITAÇÃO SIGNIFICATIVA ATÉ AO FINAL DO ANO) (FONTE: APA)

Outra situação com dois usos associados é a albufeira da Vigia na Bacia do Guadiana. Os níveis observados na albufeira da Vigia estão acima da média, calculada para o período 2008-2017, conforme é possível observar na Figura 30. A albufeira apresenta uma percentagem de armazenamento total de 22%, sendo que em final de fevereiro era de 15%. Considerando que o volume morto é de 1 146 dam³, o volume útil disponível a 30 de setembro é de 2 489 dam³.

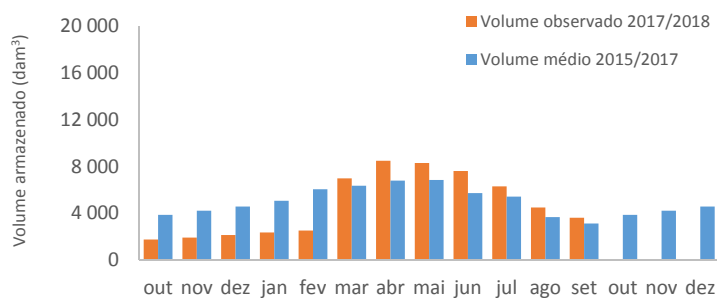


FIGURA 30 – COMPARAÇÃO ENTRE OS VOLUMES ARMAZENADOS ENTRE OUTUBRO 2017 E SETEMBRO 2018 E A MÉDIA CALCULADA PARA O PERÍODO 2008/2017 NA ALBUFEIRA DA VIGIA (FONTE: APA)

Na Figura 31 ilustra-se a estimativa de variação dos volumes observados atendendo aos consumos existentes e tendo por base um cenário conservador, ou seja sem precipitação significativa.

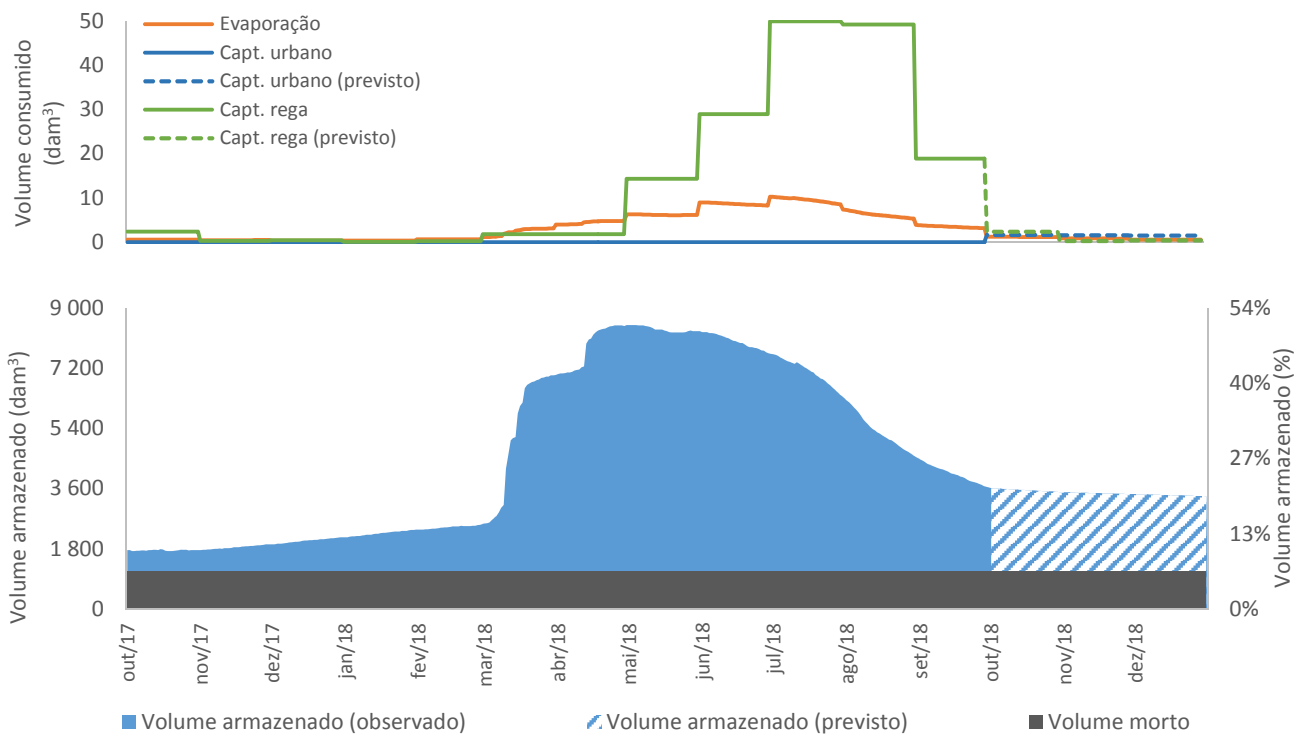


FIGURA 31 – EVOLUÇÃO PREVISTA DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA ALBUFEIRA DA VIGIA CONSIDERANDO A ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E EVAPORAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2018 (CENÁRIO SEM PRECIPITAÇÃO SIGNIFICATIVA ATÉ AO FINAL DO ANO) (FONTE: APA).

A ligação da Vigia ao sistema Alqueva permite acomodar as duas utilizações, mas é necessário continuar a acompanhar a evolução das disponibilidades e os consumos para as duas utilizações para evitar situações de restrições.

A albufeira do Caia na bacia do Guadiana é outra situação que importa acompanhar com maior atenção, atendendo que tem dois usos associados. Na Figura 32 observar-se a comparação entre os volumes armazenados entre outubro 2017 e setembro 2018 e a média, calculada para o período 2008-2017, que ilustra que os valores estão abaixo da média, apesar da recuperação verificada a partir de março. A albufeira apresenta uma percentagem de armazenamento total de 32%, sendo que em final de fevereiro era de 18%. Considerando que o volume morto é de 10 700 dam³, o volume útil disponível a 30 de setembro é de 54 477 dam³.

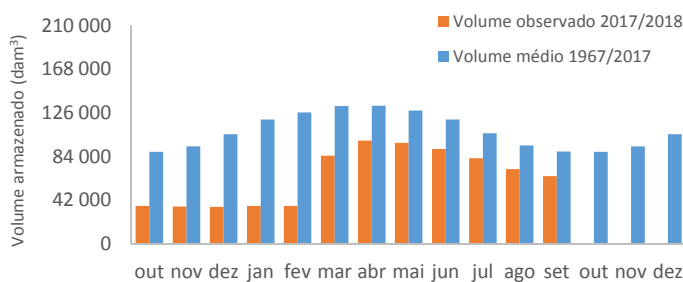


FIGURA 32 – COMPARAÇÃO ENTRE OS VOLUMES ARMAZENADOS ENTRE OUTUBRO 2017 E SETEMBRO 2018 E A MÉDIA CALCULADA PARA O PERÍODO 2008/2017 NA ALBUFEIRA DO CAIA (FONTE: APA)

Na Figura 33 ilustra-se a estimativa de variação dos volumes observados atendendo aos consumos existentes e tendo por base um cenário conservador, ou seja sem precipitação significativa.

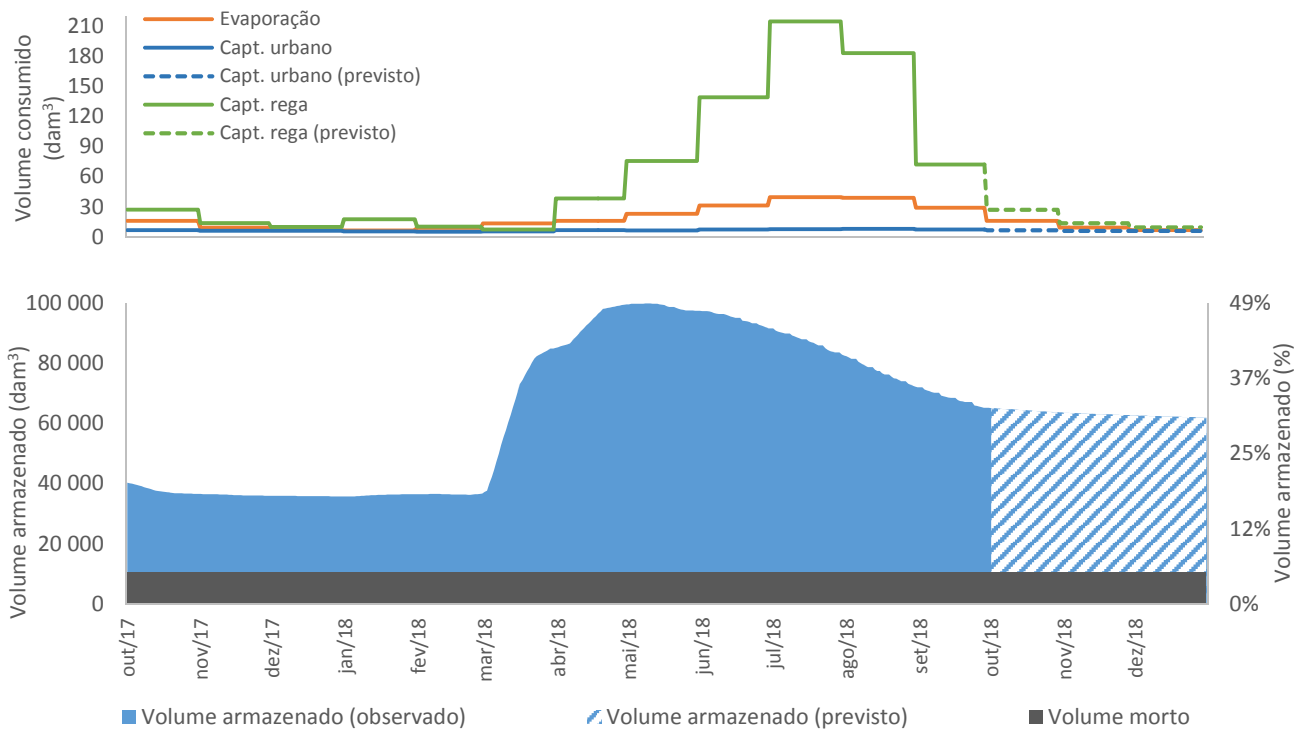


FIGURA 33 – EVOLUÇÃO PREVISTA DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA ALBUFEIRA DO CAIA CONSIDERANDO A ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E EVAPORAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2018 (CENÁRIO SEM PRECIPITAÇÃO SIGNIFICATIVA ATÉ AO FINAL DO ANO) (FONTE: APA).

Na bacia do Mondego a albufeira de Fagilde que abastece os concelhos de Viseu, Nelas, Mangualde e Penalva do Castelo, recuperou com a precipitação ocorrida desde dezembro. A albufeira apresenta uma percentagem de armazenamento total de 84%, sendo que em final de janeiro era de 100%, conforme ilustra a Figura 34.

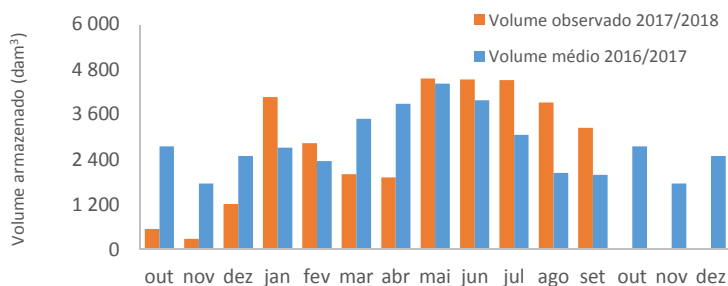


FIGURA 34 – COMPARAÇÃO ENTRE OS VOLUMES ARMAZENADOS ENTRE OUTUBRO 2017 E SETEMBRO 2018 E A MÉDIA CALCULADA PARA O PERÍODO 2016/2017 NA ALBUFEIRA DE FAGILDE (FONTE: APA)

Na Figura 35 ilustra-se a estimativa de variação dos volumes observados atendendo aos consumos existentes e tendo por base um cenário conservador, ou seja sem precipitação significativa.

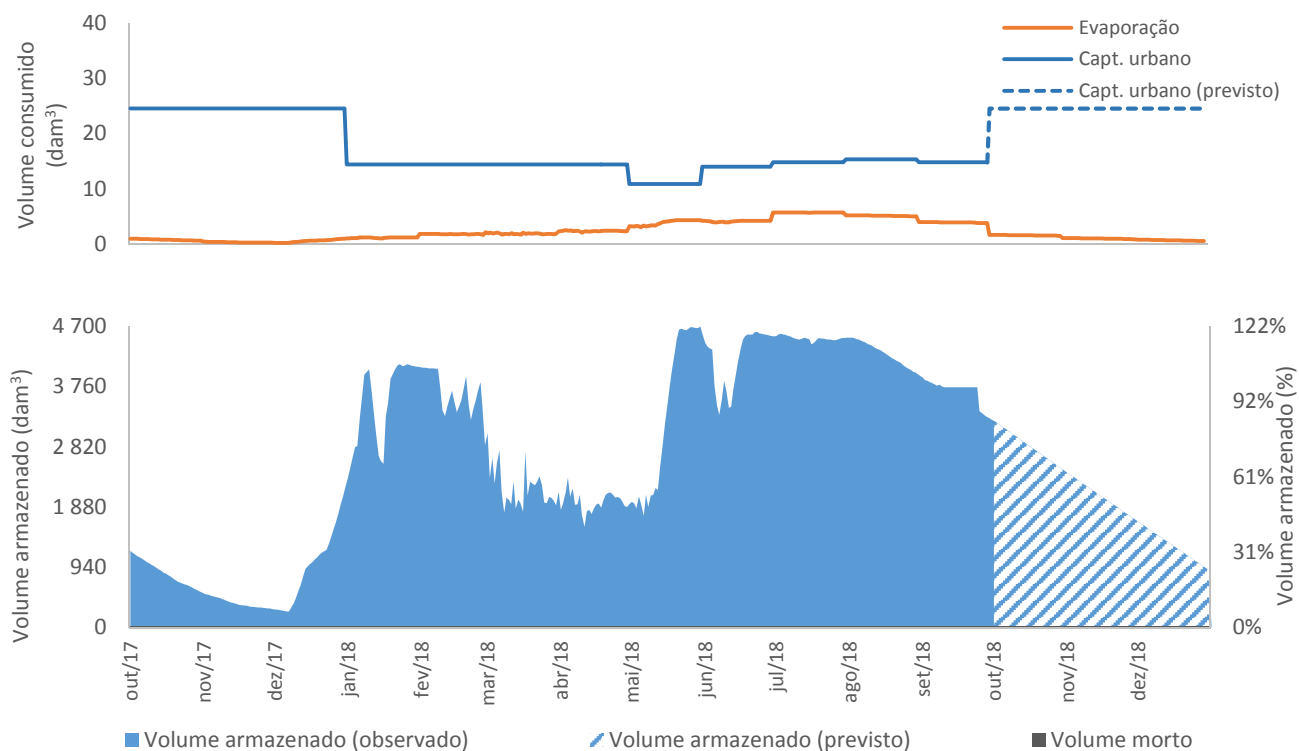


FIGURA 35 – EVOLUÇÃO PREVISTA DOS VOLUMES ARMAZENADOS NA ALBUFEIRA DE FAGILDE CONSIDERANDO A ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E EVAPORAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2018 (CENÁRIO SEM PRECIPITAÇÃO SIGNIFICATIVA ATÉ AO FINAL DO ANO) (FONTE: APA)

Na Tabela 6 são apresentadas, de forma resumida, as ações que foram implementadas em 2017, bem como as que foram planeadas para permitir garantir o abastecimento público a médio prazo.

TABELA 6 – MEDIDAS IMPLEMENTADAS E A IMPLEMENTAR NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO COM ORIGEM NA ALBUFEIRA DE FAGILDE (FONTE: APA).

Medidas a curto prazo	
Disponibilização de Água Tratada	<ul style="list-style-type: none"> • ETA de Balsemão e ETA de Vilar (Águas do Norte) para Viseu e Mangualde - até um volume total diário de 10 000 m³; • Águas do Planalto para a zona ocidental do município de Viseu.
Reforço de Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um poço provisório e instalação de respetivo equipamento de elevação para carga de água bruta em zona de fácil acesso aos camiões pesados no aluvião do Dão (Fontanheiras); • Instalação de uma etapa de ozonização na ETAR Sul de Viseu;
Estudos	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento topográfico e batimétrico da albufeira de Fagilde.
Medidas de Médio Prazo	
Estudo de soluções infraestruturais e de gestão que permitam o aumento da resiliência da solução de abastecimento através do atual sistema de Fagilde	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções na ETA de Fagilde para melhorar a eficiência e capacidade de armazenar água tratada; • Reutilização de Água Residual Tratada, após ozonização, na rega de jardins, lavagem de ruas, caixotes do lixo e fornecimento de água a indústrias para usos não potáveis;

- Intervenções na Barragem de Fagilde para aumentar a capacidade de armazenamento da albufeira;
- Promover a ligação a outros sistemas para criar resiliência;
-

É importante continuar a implementar medidas de racionalização e de uma gestão mais com maior parcimónia da água.

I. Abastecimento por recurso a autotanques dos Corpos de Bombeiros a 30 de setembro

A utilização de veículos autotanque para reforço do abastecimento (por injeção de água em reservatórios ou instalações de tratamento) é uma prática corrente de diversas entidades gestoras, as quais recorrem a recursos próprios, a meios das autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), a veículos detidos por privados ou, mais comumente, a veículos dos Corpos de Bombeiros.

No mês de setembro de 2018, foram realizadas 487 operações de abastecimento com recurso a meios dos Corpos de Bombeiros, valor que traduz uma redução de 51% face a igual período do ano anterior e de 32% por comparação com o mês precedente, conforme ilustrado na Figura 36.

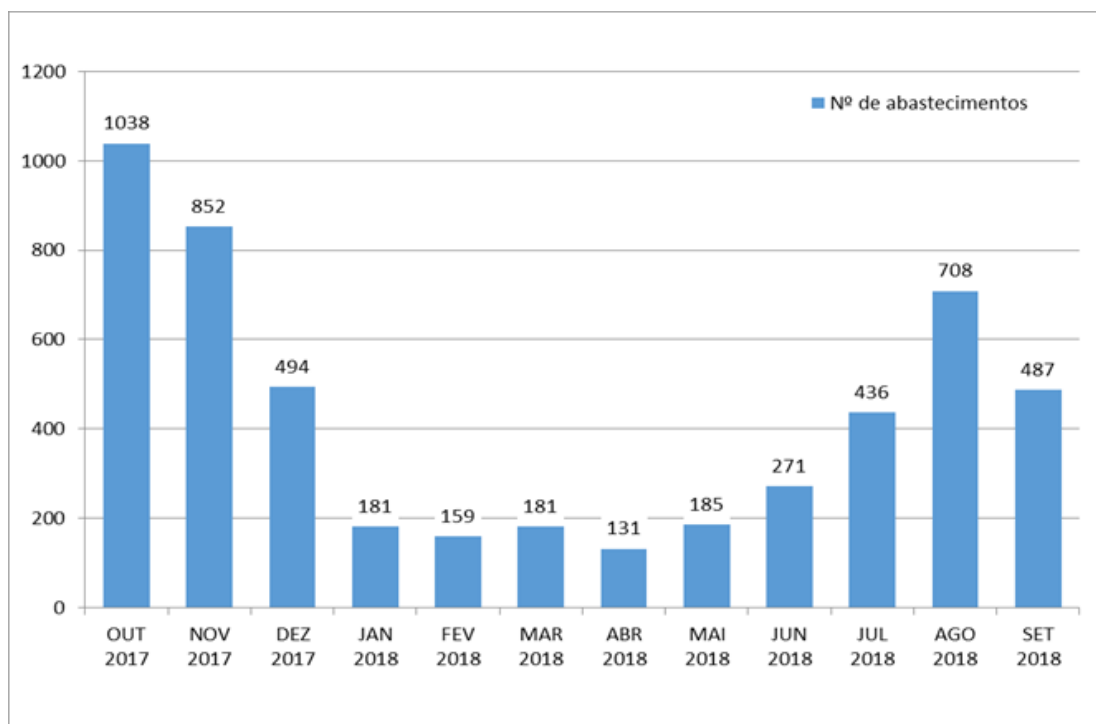


FIGURA 36 – NÚMERO DE ABASTECIMENTOS PÚBLICOS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2017 A SETEMBRO DE 2018 (FONTE: ANPC).

Numa análise distrital, verifica-se que os distritos de Bragança (77 abastecimentos), Coimbra (67) e Beja (64) foram os que registaram, no período em causa, um maior número de abastecimentos efetuados por Corpos de Bombeiros. Importa notar, contudo, que não é possível garantir que todas as operações de abastecimento efetuadas pelos Corpos de Bombeiros têm por finalidade o abastecimento público à população, ou que, tendo esse propósito, tal abastecimento decorra diretamente da situação de seca.

Os municípios que registaram maior número de operações de abastecimento com recurso a meios dos Corpos de Bombeiros no mês em causa foram:

- Bragança – 37 abastecimentos;
- Castro Verde – 30 abastecimentos;
- Barcelos – 26 abastecimentos;
- Tábua – 24 abastecimentos;
- Chaves – 19 abastecimentos.

ANEXOS

Anexo I

Varição da Área Cultivada em relação à campanha anterior (%)

Campanha 2017/2018

(Fonte: DRAP)

CULTURAS	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras					
Milho		-20 a +30		0 a + 20	
Sorgo		-10 a +20		0 a +13	
Aveia		0 a +20		-	
Azevém		0 a +20		-13 a 0	
Consociações					
Leguminosas		-5 a +10			
Prados temporários		-5 a +30			
Pastagens permanentes					
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-35 a 0	-15 a 0	-10 a +40	-42 a -13	-15 a -10
Trigo duro				-25 a -15	0
Triticale		-15 a 0	-10 a 0	-24 a -5	-15 a -10
Aveia	-76 a 0	-20 a 0	-20 a 0	-16 a 0	-5
Centeio	-40 a 0	-20 a 0	-	-20 a -10	-20 a -15
Cevada	-10 a 0	-50 a 0	0 a +40	-22 a 0	-10 a -5
Culturas de Primavera/Verão:					
Batata Sequeiro	-30 a 0	-20 a 0	-	-	-40 a - 35
Batata Regadio	-25 a 0	-30 a 0	0 a +13	-41 a +12	0 a +2
Milho de Sequeiro	-20 a 0	-20 a +20	+30	-	-40 a -30
Milho de Regadio	-20 a 0	-20 a +0	0 a +30	-12 a +20	-5
Arroz		0 a +6	+5 a +10	-50 a +10	0
Grão-de-Bico	0	0	0	-7 a +47	-20
Feijão	-10 a 0	0	-20	0 a +10	-20
Girassol		0	-50 a 0	-20 a 0	0
Tomate Indústria		-13	-25 a -10	-20 a 0	0
Melão			-5 a +20	-10 a +8	-5 a 0

n.d. – não disponível

Anexo II

Varição da Produtividade e da Produção em relação à campanha anterior (%)

Campanha 2017/18

(Fonte: DRAP)

CULTURAS	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras					
Azevém				+20 a +50	
Sorgo		0 a +15*		0 a +5	
Milho forrageiro		-16 a +20*	-15 a -10*	0 a +5	
Consociações				+20 a +50	
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-35 a +50*	-10 a +20*	0 a +70*	-25 a +15*	+2*
Trigo duro			-	-25 a +10*	0 a +2*
Triticale		-10 a +20*	+20*	-20 a +35*	+2*
Aveia	-36 a +20*	-20 a +25*	+10 a +30*	-5 a +45*	+2 a +3*
Centeio	-37 a +43*	-20 a +20*	-	-8 a +2*	0*
Cevada	-4 a +15*	-10 a +14*	+40 a +110*	-20 a +25*	+2*
Culturas de Primavera/Verão:					
Milho Sequeiro	-22 a +10*	-10 a +20*	+30*	-	+3 a +6*
Milho Regadio	-1 a +25	0 a +30	0 a +5	0 a +10	+5
Arroz		-10 a -5	+5 a +10	-12 a +7*	+20*
Tomate Indústria		-9*	-25 a -10*	-18 a +3*	-
Melão			+10 a +20*	-20 a -10*	+1 a +2*
Girassol		0*	-40 a +20*	-20 a 0*	-
Grão-de-bico	-4 a +20*	0 a +10	-10*	-37 a +47*	0*
Batata Sequeiro	-51 a +5*	-30 a +10*	-40*	-	+5*
Batata Regadio	-30 a 0*	-30 a +10*	-30 a 0*	-32 a +12*	+5*
Feijão	-15 a +15*	0 a +27*	-10*	-20 a 0*	0*
Culturas Permanentes					
Maçã	-60 a 0*	-40 a 0*	-10 a -5*	-20 a 0*	0*
Pera	-70 a 0*	-30 a 0*	-20 a -10*	-25 a 0*	0*
Kiwi	-30 a +10	-30 a +30		-	0
Laranja	-25 a 0*	0	0*	-	+5 a +7*
Pêssego	-70 a -5*	-30 a +35*	-10*	-83 a -15*	0 a +5*
Uva de mesa	-30 a 0*	-30 a 0*	-30*	-63 a -10*	0 a +2*
Uva para vinho (mosto)	-40 a 0*	-30 a -5*	-20 a 0*	-20 a 10*	+6 a +8*
Cereja	-50 a -2*	-50 a +5*	-50*	-25*	0
Azeitona de mesa	-20 a +20	-50 a +10		-10 a +15	-10
Azeitona Azeite	-80 a +10	-20 a +10	-40 a -20	-10 a 0	-30
Castanha	-50 a +22*	-50 a +0		+50	0
Amêndoa	-45 a +7*	-30 a 0*	-20*		+5 a +10*

* - Produção

n.d. – não disponível

Anexo III

Folheto informativo com orientações ao setor apícola para atuação em situação de carência de alimentação e de água para as abelhas

Necessidades das abelhas em caso de adversidades!



Realizar a transumância para zonas vizinhas que tenham floração. Fazendo-se acompanhar pelo modelo 488/DGAV - Comunicação de deslocação de apiários.

Monitorizar os ninhos para avaliar o estado das colmeias.

Colocar bebedouros em zonas com ausência de fontes de água perto do apiário.

Na impossibilidade de efetuar a transumância, devemos preparar um xarope de açúcar na proporção de 1l de água para 2kg de açúcar. Nesta fase, as colmeias irão precisar de glícidos para se manterem.

Na fase de primavera, quando surgir a primeira criação, ao xarope anteriormente mencionado, poderá adicionar-se uma fonte de proteína para ajudar no crescimento das larvas/ninfas (ou seja, a criação). Como fonte de proteína poderão ser utilizadas a levedura de cerveja, a farinha de soja, etc.

Cuidado para não deixar caramelizar o açúcar, pois torna-se indigesto e tóxico para as abelhas. A fermentação do xarope também pode afectar as abelhas.

O xarope deverá ser colocado ao final do dia em cada colmeia, nos alimentadores.

Não se deve usar leite em pó devido à presença de lactose, pois a sua conversão dá origem à galactose que é tóxica para as abelhas.

Como alimentadores, também poderão ser usados caixas de plástico ou alumínio, ou ainda outros. Perfurar cerca de 5 buracos no centro da tampa ou do recipiente e colocar em cima do buraco da prancheta, de forma a facilitar o contacto com as abelhas.

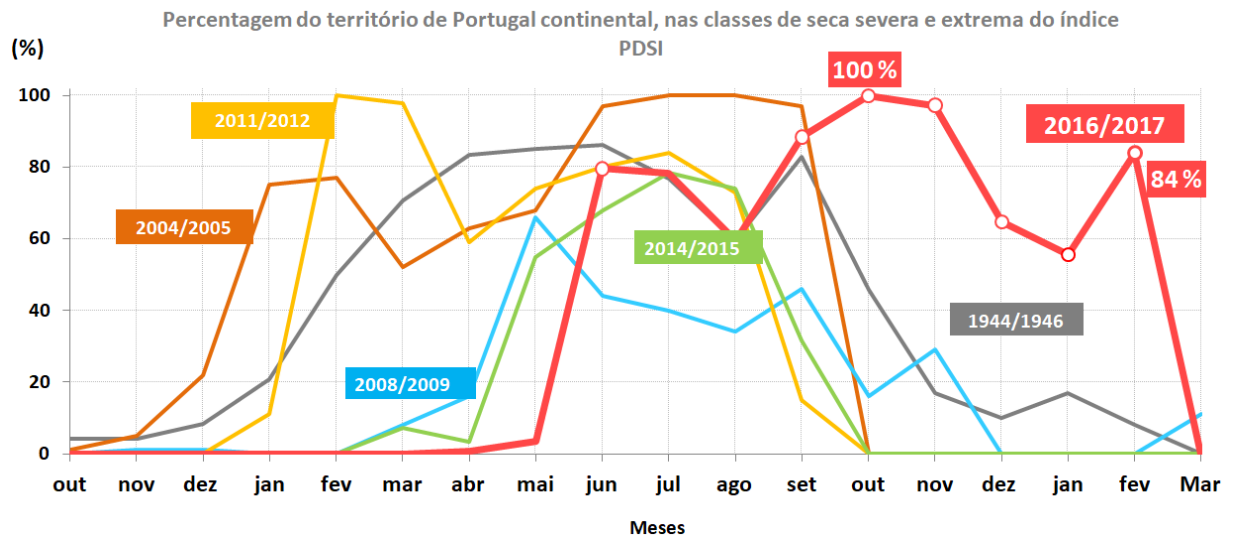
Anexo IV

Análise comparativa das situações de seca severa e extrema

(Fonte: IPMA)

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução mensal da percentagem do território em seca severa e extrema, de acordo com a classificação do índice PDSI, para as situações de seca de 1944/45, 2004/05, 2008/09, 2011/12, 2014/15 e 2016/17.

Na situação de seca (abril 2017/fevereiro 2018), mais de 10% do território esteve nas classes de seca severa e extrema do índice PDSI durante 9 meses consecutivos. As secas com mais meses nesta situação foram 2005 (10 meses) e 1945 (13 meses).



Anexo V

Medidas da CPPMAES e da Comissão Seca 2017 implementadas durante a seca verificada entre abril de 2017 e março de 2018

As medidas da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES) implementadas durante a seca verificada entre abril de 2017 e março de 2018 são apresentadas no Anexo V. Referem-se ainda neste anexo as Medidas de mitigação e apoio no setor agrícola tomadas no âmbito da Comissão Seca 2017. Esta Comissão agilizou a atuação de mitigação dos efeitos da seca 2016/17 no setor agrícola, concentrando esforços no apoio ao setor mais afetado.

Medidas de Prevenção e Contingência, incluindo medidas de regulação, a curto prazo

- Continuar a equacionar, até que haja reposição natural dos níveis de armazenamento nas albufeiras ou águas subterrâneas, a necessidade de implementar medidas temporárias de contingência na utilização dos recursos hídricos;
- Continuar a acompanhar diariamente os níveis nas albufeiras identificadas como críticas e semanalmente nas albufeiras identificadas sob vigilância, promovendo reuniões das Subcomissões, no âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras, sempre que seja necessário e implementando as medidas de contingência que se revelem necessárias para garantir o uso racional da água disponível e garantir os usos prioritários;
- Avaliar a possibilidade de incrementar a monitorização ao nível de barragens agrícolas de interesse coletivo local;
- Continuar a licenciar novas captações subterrâneas de águas particulares apenas por autorização, nos termos previstos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei da Água, devendo ainda aferir-se as disponibilidades existentes e a sustentabilidade de novas captações, atendendo aos níveis críticos em que se encontram as águas subterrâneas;
- Não licenciar novas captações próprias em perímetros urbanos ou servidos pela rede pública de abastecimento, nem nas áreas abrangidas pelos aproveitamentos hidroagrícolas públicos, exceto se for declarado pelas associações de regantes a impossibilidade de satisfação de mais pedidos;
- Continuar o esforço de fiscalização de captações ilegais em albufeiras com usos principais e da execução ilegal de captações de água subterrânea, nomeadamente em aquíferos mais vulneráveis em termos quantitativos e qualitativos, em particular nas zonas críticas e de vigilância identificadas;
- Continuar a garantir que o abeberamento de animais através das albufeiras de águas públicas não é realizado diretamente na margem da albufeira, mas sim em pontos de água próximos ou através de cisternas;
- Promover formas de utilização racional ao nível dos sectores do comércio e do turismo;
- Continuar a implementar medidas de redução dos consumos urbanos, em todo o país, tais como:
 - Diminuir a rega dos jardins e hortas e respetiva prática em horários apropriados;
 - Restringir nas zonas críticas, o enchimento de piscinas individuais, lavagem de viaturas e logradouros;
 - Diminuir para rega de sobrevivência nas zonas verdes e em horários apropriados;
 - Encerrar fontes decorativas, quando não funcionem em circuito fechado.
- Na atribuição de fundos comunitários a investimentos relacionados com a utilização da água, assegurar a utilização eficiente deste recurso pelos diversos setores de atividade, tendo presente a necessidade de reduzir perdas de água, nomeadamente, ao nível dos sistemas de distribuição;
- Promover uma campanha de sensibilização para a necessidade do uso racional da água destinada à população em geral, a agentes económicos e entidades públicas, elaborada no seio do Grupo de Trabalho, com divulgação

abrangente, incluindo os sítios da internet das entidades do grupo de trabalho e a utilização de meios de comunicação social, sem prejuízo da continuidade de outras ações de sensibilização;

- Promover, conjuntamente com os organismos do Ambiente e Agricultura, a EDIA e os utilizadores, o planeamento das transferências do Alqueva para as albufeiras das bacias do Sado e Guadiana no ano hidrológico 2017/2018, de forma a tornar mais sustentável, económica e tecnicamente, estas transferências;
- No âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras avaliar as necessidades de rega das culturas perenes (sobrevivência) no imediato, bem como promover o planeamento e acompanhamento das disponibilidades de água para o ano agrícola e hidrológico em curso, atendendo às disponibilidades existentes e aos cenários de previsão;
- Promover, em articulação com as Câmaras Municipais e entidades gestoras dos sistemas de abastecimento, a implementação de medidas nas áreas aridas que minimizem os efeitos na qualidade da água;
- Reforçar a desinfecção dos depósitos públicos e particulares e os autotanques usados no abastecimento de água;
- Ter disponíveis sistemas expeditos de desinfecção da água, para a desinfecção de novas origens que se coloquem em funcionamento, devendo realizar-se uma análise química sumária para avaliar a qualidade da água.

Medidas de Prevenção e Contingência, incluindo medidas de Regulação, a médio e longo prazo

- Avaliar a possibilidade de promover a interligação de grandes barragens de maior capacidade hídrica e com albufeiras de maior capacidade de regularização, com as barragens e albufeiras de dimensão pequena a moderada e comprovadamente mais suscetíveis a períodos de seca prolongada, tendo em vista a densificação de pontos de água no território nacional e evitando-se a sobre-exploração dos aquíferos. A título de exemplo, a ligação do Alqueva ao Monte da Rocha e o aumento dos caudais afluentes do Alqueva à Vigia;
- Avaliar a possibilidade de promover o aumento do armazenamento das barragens, complementando a necessidade de correção e melhoria de situações de índole estrutural e /ou hidráulico no âmbito do cumprimento do Regulamento de Segurança de Barragens, por pequenos alteamentos do nível de pleno armazenamento (NPA), com evidente vantagem técnico-económica. A subida do NPA possibilita o aumento da capacidade de armazenamento e portanto do efeito regularizador destas obras que são a única origem de água para grandes regadios e aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos. Desta forma contribui-se para uma maior resiliência e uma melhor resposta dos aproveitamentos hidráulicos e, designadamente, do regadio associado, às novas condicionantes climáticas. A título exemplificativo ilustra-se a Barragem do Lucefecit;
- Avaliar as necessidades e possibilidade de construção de novas barragens - de dimensão criteriosa e moderada, mas necessariamente com capacidade de regularização interanual - para incrementar as disponibilidades hídricas, aumentar a resiliência em situações adversas e, assim, contribuir para o ordenamento e desenvolvimento territorial e combate à desertificação física e humana;
- Rever, atualizando, o Programa Nacional de Utilização Eficiente da Água (PNUEA);
- Promover a reutilização da água residual de origem urbana tratada, criando guias de utilização, bem como avaliando as possíveis utilizações atendendo às localizações das ETAR e dos locais onde pode ser reutilizada essa água;
- Definir um Plano de Contingência, avaliando por Região Hidrográfica as disponibilidades hídricas versus as necessidades e as possíveis sinergias entre os diferentes sistemas de armazenamento de água, bem como a articulação a promover entre as diferentes utilizações nos sistemas identificados como mais críticos, e mapear as fontes alternativas de abastecimento de água em caso de emergência, tendo em conta uma avaliação de risco prévia.

Medidas de Mitigação e Apoio

- Monitorizar as medidas de apoio aos agricultores tomadas no decurso de 2017 e continuar a acompanhar e avaliar medidas propostas pelos representantes do setor agrícola nomeadamente no quadro da Comissão Seca 2017;
- Continuar a apoiar os agricultores na identificação de soluções eficientes para o abeberamento de animais, nomeadamente em pontos de água próximos ou através de cisternas, evitando o disseminar de novas captações;
- Continuar a apoiar os agricultores no sentido de assegurar a alimentação animal, tendo presente a inexistência de disponibilidades ao nível dos prados, pastagens permanentes e forragens, e a necessidade crescente de recurso a alimentos compostos, em resultado do ano passado desfavorável e das condições meteorológicas e hidrológicas que se atravessam;
- Divulgação junto dos setores de abastecimento público, agricultura e indústria do guia para a definição de planos de contingência e avaliação da pertinência de ser uma obrigatoriedade legal a existência destes planos de contingência ao nível municipal ou mesmo intermunicipal.

Medidas ao nível da atuação no seio do Grupo de Trabalho

O GT adotou, ainda, duas outras medidas relacionadas com a atividade do Grupo, que conseqüentemente não foram avaliadas pela Comissão e que são as seguintes:

- Avaliar a pertinência de introdução de ajustamentos no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingências para situações de seca a novas realidades que se verificam fruto das alterações climáticas, incluindo a implementação de novo índice Agrometeorológico pelo IPMA, complementar aos índices PDSI e SPI atualmente em monitorização. Este índice deve incidir sobre o estado da vegetação de forma a se obter a componente agrometeorológica na monitorização da seca agrícola;
- Definir metodologias de avaliação dos custos associados a situações de seca nos diferentes sectores e no ambiente.

Medidas de mitigação e apoio no setor agrícola

Na campanha agrícola anterior 2016/17 foram tomadas as medidas que se expõem neste Anexo por ainda não ter sido possível apresentar a respetiva execução para todas elas.

Na campanha 2017/18 foram tomadas novas iniciativas e foi dada continuidade a outras que vinham do ano agrícola anterior, que se apresentam no quadro que se segue:

Medidas Campanha 2017/18

I - Greening: pastoreio nas áreas de pousio no período de 1 de fevereiro a 31 de julho, para efeitos do Pedido Único de 2018

A importância de assegurar a alimentação animal em época de seca justifica que se permita o pastoreio nas áreas de pousio no período de 1 de fevereiro a 31 de julho. Esta possibilidade deve ser assegurada quer para efeitos da prática da diversificação de culturas, quer para efeito de contabilização como Superfícies de Interesse Ecológico. Assim, mesmo sendo pastoreado, o pousio deve ser contabilizado como uma cultura e não englobado na área forrageira.

Foi solicitada à DG AGRI, no dia 20 de fevereiro, a possibilidade de no ano de 2018 serem pastoreadas as áreas de pousio declaradas enquanto superfícies de interesse ecológico, tendo os serviços da Comissão solicitado informações adicionais em março, ao que se esclareceu que, apesar do atual desagravamento, a situação de seca foi bastante prolongada, afetando significativamente as atividades agrícolas e a obtenção de recursos forrageiros para alimentação animal.

Medidas Campanha 2017/18

De igual forma foi comunicado que com a precipitação que entretanto ocorreu durante o mês de março, este pedido de derrogação da proibição de pastoreio nas parcelas de pousio assumia ainda maior importância, tendo em conta que a alteração das condições permitiria que as mesmas apresentassem disponibilidades forrageiras importantes para as explorações com baixas ou nenhuma reservas de alimentos para os efetivos pecuários, constituindo um importante recurso até à época em que as culturas forrageiras de primavera-verão estejam disponíveis para consumo.

Foi aprovada pela CE em 12-7-2018 decisão que autoriza Portugal e outros Estados-Membros a aplicar derrogações a determinadas condições ao pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (Greening), prevendo que o pousio possa ser considerado para efeitos de cumprimento da prática de diversificação de culturas ou como superfície de interesse ecológico, ainda que apresente produção agrícola ou seja pastoreada. Nos termos da decisão da CE, as derrogações são aplicáveis às áreas afetadas pela situação de seca verificada nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018 e formalmente reconhecida pela autoridade competente.

Em concretização da decisão da CE, foi ainda aprovada pelo Senhor Ministro e publicada a Portaria n.º 218/2018, de 24 de julho, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável ao pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (Greening), previsto no regulamento aprovado em anexo à Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro, na sua atual redação.

II - Flexibilização das regras das Medidas Agro e Silvo-Ambientais: Ações 7.1 «Agricultura Biológica» e 7.2 «Produção Integrada» - utilização de alimentos convencionais na alimentação de animais biológicos e suspensão de percentagem mínima anual de alimentos certificados em produção integrada e da alimentação (em matéria seca) que, numa base anual, teria de ser proveniente da própria unidade de produção

«**Agricultura Biológica**» - A Nota emitida pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) em 8 de agosto de 2017, manteve-se em vigor até 31 de março de 2018 (Ver descrição em Medida VI da campanha 2016/17). Face à situação verificada no final do mês de março, em que Portugal continental já não se encontrava em seca, deixou de existir justificação para que a DGADR continuasse a conceder autorização para a utilização de alimentos convencionais na produção biológica, pelo que foi emitida a derrogação da anterior decisão através de Nota da DGADR de 14 de maio de 2018.

Execução: Na campanha 2017/18 foram autorizados 318 pedidos.

«**Produção Integrada**» - Continua em vigor o Despacho Conjunto nº1/2017 da DGADR e da DGAV, de 25 de julho.

III - Programa de Desenvolvimento Rural 2014- 2020 (PDR 2020) - Operação 3.2.2 - «Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola»

Em conclusão a aprovação de candidaturas aos concursos abertos em 2017 (Ver Medida VIII da campanha 2016/17).

IV – «Linha de crédito garantida para minimização dos efeitos da seca 2017 — Alimentação Animal» - 2017

O protocolo com as Instituições de Crédito foi assinado com IFAP dia 20 de novembro de 2017, pelo que este apoio se repercute ainda na campanha agrícola 2017/18.

Medidas Campanha 2017/18

V - Condicionalidade - Exceção ao cumprimento da Norma BCAA 4 - «Cobertura da Parcela» para efeitos do Pedido Único de 2018

Foi preparado um projeto de despacho do Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, através do qual declare reconhecer a manutenção da situação de seca até 1 de março, que havia legitimado pelo seu anterior Despacho n.º6399/2017, de 18 de julho, bem como prorrogue a vigência, no ano de 2018, do Despacho Normativo n.º 12/2017, de 12 de setembro, que estabeleceu um regime de excepcional, em 2017, da norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA 4), «Cobertura mínima dos solos».

Nessa sequência, foi aprovado pelo Senhor Ministro e publicado o Despacho Normativo n.º 7/2018, de 12 de abril de 2018, prevendo a produção de efeitos até 1 de março de 2018 e sujeito a revisão face à evolução da situação agrometeorológica.

Medidas determinadas na campanha agrícola de 2016/17

Na campanha agrícola anterior, 2016/17, foram tomadas as medidas que se expõem no quadro seguinte.

Medidas 2016/17

I - Antecipação de pagamento de ajudas – referentes ao Pedido Único 2017: Adiantamento até 70% dos regimes de pagamentos diretos listados no Anexo I do Regulamento (EU) n.º 1307/2013, nomeadamente, regime de pagamento base, pagamento redistributivo, pagamento para os jovens agricultores, pagamentos ligados e pequena agricultura

O MAFDR ativou o pedido de autorização para a antecipação de pagamentos, começando por o GPP remeter, em 26/06, Carta e documento do IPMA à CE, invocando seca, temperaturas elevadas, ondas de calor, quebras de áreas e de produtividade em culturas agrícolas. Posteriormente, no Conselho Europeu de Ministros Agricultura de 17 e 18 de julho foi analisado o ponto de situação de seca em Portugal e Espanha.

Foi aprovada Decisão de Execução C (2017) 5905 final, da Comissão, de 31 de agosto, a autorizar Bélgica, República Checa, Espanha, Itália, Letónia, Hungria, Polónia, Portugal e Finlândia a derogar, relativamente ao exercício de 2017, o artigo 75º, n.º 1, terceiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que se refere ao nível dos adiantamentos dos pagamentos diretos e das medidas de desenvolvimento rural relacionadas com as superfícies e com os animais.

Execução: O IFAP assegurou a operacionalização dos controlos regulamentares e o calendário de pagamentos, expressando este o adiantamento efetuado a 30 de outubro de 70% para os regimes de pagamentos diretos assinalados.

II - Antecipação de pagamento de ajudas: Adiantamento do pagamento das Medidas Agroambientais e Medidas de Apoio às Regiões Desfavorecidas para efeitos do Pedido Único de 2017

Os procedimentos assumidos estão descritos na medida anterior.

A decisão nacional relativa a regimes de ajudas “superfícies” do Desenvolvimento Rural foi do adiantamento de 75%.

Medidas 2016/17

Execução: O IFAP assegurou a operacionalização dos controlos regulamentares e o calendário de pagamentos, expressando este último o adiantamento efetuado a 30 de outubro de 70% para os regimes de ajudas “superfície” do desenvolvimento rural assinalados.

III - Greening: cumprimento da prática de diversificação de culturas para efeitos do Pedido Único de 2017

No âmbito do cumprimento da prática de diversificação de culturas, n.º 1 do artigo 21º da Portaria n.º 57/2015, considera-se que para este efeito devem ser aceites, entre 1 de maio e 31 de julho, áreas semeadas pelo agricultor em que a germinação foi insuficiente por razões que se prenderam com o défice hídrico, comprometendo a presença de vestígios das culturas nas parcelas, exigidos pela referida Portaria.

Por decisão do Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural essas circunstâncias deverão ser atendidas em sede de controlo in loco, devendo para o efeito os agricultores nessa situação comunicar o facto, por escrito, à autoridade competente, no prazo de 15 dias úteis, apresentando documentos de prova para que não sejam penalizados.

Execução: 15 dias úteis após o final do período de controlo (31/07) não houve comunicações escritas por parte dos agricultores a informar a não ocorrência da germinação das sementes por falta de água.

IV - Greening: pastoreio nas áreas de pousio no período de 1 de fevereiro a 31 de julho, para efeitos do Pedido Único de 2017

A importância de assegurar a alimentação animal em época de seca justifica que se permita o pastoreio nas áreas de pousio no período de 1 de fevereiro a 31 de julho. Esta possibilidade deve ser assegurada quer para efeitos da prática da diversificação de culturas, quer para efeito de contabilização como Superfícies de Interesse Ecológico. Assim, mesmo sendo pastoreado, o pousio deve ser contabilizado como uma cultura e não englobado na área forrageira.

GPP remeteu, em 26/06, Carta e documento do IPMA à CE, invocando seca, temperaturas elevadas, ondas de calor, quebras de áreas e de produtividade em culturas agrícolas e manutenção de grave crise no leite no caso da RA dos Açores. Foi solicitada autorização para aplicar uma derrogação que permita que os agricultores possam excecionalmente utilizar para pastoreio as parcelas de pousio declaradas no Pedido Único de 2017, para efeitos do cumprimento das práticas benéficas para o clima e ambiente, relativas à diversificação de culturas e de superfície de interesse ecológico, previstas nos artigos 44º e 46º do Regulamento (UE) n.º 1307/2013, no período de restrição previsto na legislação nacional, período esse que vigora entre 1 de fevereiro e 31 de julho.

A Comissão Europeia concretizou a necessária derrogação a aplicar a áreas formalmente reconhecidas como afetadas pela seca, onde existam efetivos pecuários. A Decisão de Execução da Comissão C (2017) 5807, de 28 de agosto, autoriza derrogações ao Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e ao Regulamento Delegado (UE) n.º 639/2014 da Comissão no que diz respeito à aplicação de determinadas condições relativas ao pagamento por ecologização, referente aos exercícios de 2016 e 2017, na Bélgica, em Espanha, em França, em Itália, no Luxemburgo, na Áustria e em **Portugal**.

Nota: A definição dos elementos a incluir na notificação da decisão do país a fazer à Comissão Europeia, como a data em que a assumiu, o nível de aplicação para cada obrigação derogada, as áreas afetadas pela seca e o cálculo ou a estimativa da área de que beneficiará cada derrogação, incluindo os respetivos métodos aplicados foi efetuada em

Medidas 2016/17

estreita colaboração entre o GPP e o IFAP, tendo o GPP notificado os serviços da DG AGRI da Comissão Europeia no dia 28/09/2017.

V - Flexibilização das regras das Medidas Agro e Silvo-Ambientais: Ações 7.1 «Agricultura Biológica», 7.2 «Produção Integrada», 7.4 «Conservação do solo» e 7.5 «Uso eficiente da água» - incumprimento de área mínima das culturas de primavera/verão exigida nos critérios de elegibilidade ou germinação e desenvolvimento das mesmas significativamente afetado

A legislação das ações em causa prevê que, em caso de força maior ou circunstância excecional, se os agricultores se viram impossibilitados de realizar a sementeira de qualquer cultura de primavera/verão, pondo eventualmente em causa a manutenção do compromisso de cumprimento de área mínima exigida nos critérios de elegibilidade de cada uma das Ações, ou, tendo procedido à sementeira, a germinação e o desenvolvimento da cultura foi significativamente afetado (neste ano por indisponibilidade de água), possam comunicar a situação ao IFAP, no prazo de 15 dias úteis, por escrito e apresentando documentos de prova, de modo a não serem penalizados em sede de controlo de campo.

Os pedidos deferidos conduzem à situação em que o beneficiário não recebe o pagamento relativo ao ano mas não é penalizado por quebra de compromisso ou em que o grupo de pagamento é ajustado sem sanções nem penalizações (os agricultores que declararam culturas semeadas ou regadas e que, por falta de água, não conseguiram fazer a sementeira ou a rega, devem fazer a alteração da ocupação cultural e/ou regime de rega, para pousio/forrageira temporária ou para sequeiro, sendo o grupo de pagamento ajustado à alteração comunicada).

VI - Flexibilização das regras das Medidas Agro e Silvo-Ambientais: Ações 7.1 «Agricultura Biológica» e 7.2 «Produção Integrada» - utilização de alimentos convencionais na alimentação de animais biológicos e suspensão de percentagem mínima anual de alimentos certificados em produção integrada e da alimentação (em matéria seca) que, numa base anual, teria de ser proveniente da própria unidade de produção

«**Agricultura Biológica**» - A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) emitiu, em 08/08/2017, Nota com procedimentos para o operador, ou quem o represente, dirigisse um requerimento ao Diretor da DGADR, indicando que pretendia solicitar autorização para utilização de alimentos convencionais na alimentação de animais biológicos, ao abrigo da alínea c) do artigo 47º do Reg. (CE) n.º 889/2008 da Comissão. Perante uma situação declarada de seca ou de ocorrência de incêndios, conforme disposto no n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 22º do Reg. (CE) n.º 834/2007 do Conselho de 28 de Junho (derrogação das regras de produção em Produção Biológica) podem ser previstas medidas temporárias de isenção às regras de produção para permitir a continuação da produção biológica.

Execução: Na campanha 2016/17 foram autorizados 45 pedidos.

«**Produção Integrada**» - Despacho Conjunto nº1/2017 da DGADR e da DGAV, de 25 de julho, decidindo que, face à atual situação de seca em Portugal Continental, fica temporariamente suspensa a aplicação da percentagem mínima anual de alimentos certificados em produção integrada (em matéria seca) a utilizar em Produção Integrada Animal e a percentagem mínima da alimentação (em matéria seca) que, numa base anual, teria de ser proveniente da própria

Medidas 2016/17

unidade de produção, condições que se encontram previstas nas alíneas v) e vi) do ponto 5.3 das Normas de Produção Integrada Animal.

Execução: a apurar

VII - Condicionalidade - Exceção ao cumprimento da Norma BCAA 4 - «Cobertura da Parcela» para efeitos do Pedido Único de 2017

No âmbito da condicionalidade, regulada, a nível nacional, pelo despacho normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos n.os 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016, de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro, a norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA) 4, «Cobertura mínima dos solos», estabelece, no n.º 1, que as parcelas de superfície agrícola devem apresentar uma vegetação de cobertura instalada ou espontânea no período entre 15 de novembro e 1 de março.

No n.º 2 do referido preceito preveem -se, contudo, diversas situações em que se exceciona a aplicação da norma «Cobertura da parcela» do n.º 1, designadamente as relativas a parcelas sujeitas a trabalhos de preparação do solo para instalação de culturas.

Colocou-se a necessidade de os agricultores que tivessem efetuado a mobilização do solo para preparação das culturas de primavera/verão no período compreendido entre 15 de novembro e 1 de março e não tivessem conseguido proceder à respetiva instalação devido à ausência de precipitação atmosférica, ficarem acautelados de prejuízos na atribuição de ajudas pela aplicação de sanções administrativas, por motivos que não lhes eram imputáveis.

O Despacho Normativo n.º12/2017, de 12 de setembro, do Senhor MAFDR, estabelece um regime excecional de aplicação, em 2017, da norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA 4), prevista no Despacho Normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos nos 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016, de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro. Assim, a título excecional, no ano de 2017, consideram -se abrangidas pela alínea c) do n.º 2 da BCAA 4, «Cobertura mínima dos solos», constante do anexo III do Despacho Normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos nos 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016, de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro, as parcelas sujeitas a trabalhos de preparação do solo em que a instalação de culturas não tenha sido possível devido a uma situação de seca.

VIII - Programa de Desenvolvimento Rural 2014- 2020 (PDR 2020) - Operação 3.2.2 - «Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola»

Através do Despacho do Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural n.º 6399/2017 é reconhecida a existência “de uma situação de seca severa (agrometeorológica) no território continental, desde o dia 30 de junho de 2017, que consubstancia um fenómeno climático adverso, com repercussões negativas na atividade agrícola”.

A Portaria n.º 213 – A/2017, de 19/07 (MAFDR), alterou a Portaria n.º 107/2015, de 13 de abril (MAM) que estabelece o regime de aplicação da operação 3.2.2, elevando o custo total elegível dos projetos de investimento de um valor inferior ou igual a 25 mil euros para 40 000 euros e adotando também como critério de elegibilidade a catástrofe natural.

Medidas 2016/17

A primeira abertura de apresentação de candidaturas para a Operação 3.2.2 ocorreu a 31 de julho, para o período de 31/07 a 29/09/2017, sendo as despesas elegíveis as inerentes a investimentos específicos em captação, distribuição e armazenamento de água, e a área geográfica elegível a dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, que apresentavam todos os concelhos em seca severa ou extrema. O objetivo é a mitigação dos efeitos da seca severa e extrema enquanto fenómeno climático adverso, através do apoio a investimentos específicos nas explorações agrícolas em que a escassez de água comprometa o maneio do efetivo pecuário, em particular o seu abeberamento. A dotação orçamental para este Anúncio foi inicialmente de 2 milhões de euros, tendo sido reforçada para 7 milhões de euros.

Execução: 798 operações contratadas, com o montante de despesa pública de 5 484 mil euros.

Abriu novo período de candidaturas para a Operação 3.2.2, de natureza idêntica, de 14/08 a 16/10/2017, para os distritos de Castelo Branco, Guarda e Bragança, e para os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, no distrito de Setúbal. A dotação orçamental para este Anúncio foi inicialmente de 1 milhão de euros, tendo sido reforçada para 5 milhões de euros.

Execução: 523 operações contratadas, com o montante de despesa pública de 2 578 mil euros.

De 20/07 a 17/11/2017 decorreu novo período de candidaturas para os concelhos de Coruche e Chamusca, do distrito de Santarém, e Castro Marim, do distrito de Faro. A dotação orçamental para este Anúncio foi inicialmente de 300 mil euros, tendo sido reforçada para 360 mil euros.

Execução: 31 operações contratadas, com o montante de despesa pública de 182 mil euros.

IX – Reconhecimento de Organizações de Produtores (OP) sem mínimo de Valor de Produção Comercializada (VPC)

A Portaria n.º 169/2015 prevê uma exceção no reconhecimento de OP que não tenham conseguido atingir os mínimos do VPC por terem sido afetadas por fenómenos climáticos adversos, como a seca.

Para o efeito as OP têm que solicitar às Direções Regionais de Agricultura e Pescas a exceção, demonstrando a perda de rendimento devido à seca.

Execução: Um pedido na DRAP Norte e outro DRAP Lisboa e Vale do Tejo com confirmação de valor de perdas efetivas a aplicar para efeito de verificação de VPC2017 devido à seca.

X – Orientações ao setor apícola para atuação em situação de carência alimentar

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária formulou um conjunto de orientações, que os serviços regionais divulgaram junto das associações de apicultores, relativas a promover a transumância para zonas vizinhas com recursos florísticos, na sua impossibilidade a preparação de alimentos artificiais, e a colocação de bebedouros face à carência de alimentação e de água para as abelhas em consequência da seca, tendo para o efeito concebido um folheto, em anexo.

XI – «Linha de crédito garantida para minimização dos efeitos da seca 2017 — Alimentação Animal»

Legislação: Portaria n.º 330-A/2017, de 31 de outubro, Ministérios das Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Medidas 2016/17

Linha de crédito garantida destinada a apoiar necessidades de tesouraria, dirigida aos operadores de produção animal, que exerçam as atividades de bovinicultura, caprinicultura, ovinicultura, equinicultura, asininocultura, suinicultura em regime extensivo e apicultura, com vista a compensar o aumento dos custos de produção resultantes da seca, nomeadamente os custos relativos à alimentação animal devido à escassez de pastagens e forragens e de algumas espécies vegetais.

Montante global do crédito - 5 milhões de euros.

Montante Individual do Crédito: €180, por fêmea das espécies bovina, equina e asinina, como idade superior a 24 meses; € 40, por fêmea das espécies ovina e caprina, com idade superior a 12 meses; €120, por fêmea reprodutora da espécie suína, em regime extensivo; € 5 por colmeia.

Auxílio de Estado, concedido de acordo com as condições previstas no Regulamento (UE) n.º 1408/2013, da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis. O montante máximo de crédito garantido, por beneficiário, não poderá ultrapassar 15 000 euros (quinze mil euros), expressos em equivalente subvenção bruto.

Execução: Foram rececionadas 45 operações, correspondendo a um montante de garantia de 598 658 euros e um montante de financiamento de 855 225 euros.

XII - Greening: regime de certificação ambiental para efeitos do Pedido Único de 2017

No âmbito do regime de certificação ambiental relativo ao Pedido Único de 2017, caso o produtor de milho não consiga cumprir a obrigação de efetuar a sementeira da cultura de cobertura até dia 31 de outubro, deve comunicar por escrito ao IFAP e ao Organismo de Certificação, até dia 22 de novembro de 2017, essa impossibilidade de efetuar a sementeira dentro do prazo estipulado, alegando uma situação de força maior e circunstâncias excecionais. Neste sentido é utilizado um procedimento ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho. O IFAP fará uma verificação no terreno até 15/03/2018.

Execução: Foram rececionadas pelo IFAP 18 comunicações de agricultores.